Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois e mil e dezoito, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 09,00 horas com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

1 - Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. ----------

----

2 - Informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara. ----------

----

3 - Relatório da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens. ----------

----

4 - Moção - Repúdio pelo Aumento de Portagens na A24. ----------

----

5 - Moção - "Movimento pelo Interior – em nome da Coesão". ----------

----

6 - Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro – 2017. Informação nº 1/DGF/SE/2018. ----------

----

7 - 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018. Informação/proposta nº05/DGF/2018. ----------

----

8 - Contratação de Empréstimo de Médio e Longo prazo destinado à exclusiva amortização antecipada de outros empréstimos em vigor a 31 de dezembro de 2017 – Art. 101º, da lei nº 114/2017 – LOE para 2018 e até ao montante de 3.016.141,18€. Relatório final. Informação/proposta nº 07/DGF/2018. ----------

----

9 - Projeto de interesse municipal – PIM - Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais. beneficiária: António & Liliana Rodrigues, Lda. Informação/proposta nº 11/GNE/2018. ----------

----

10 - Prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas. Empresa Municipal Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M. S.A. ----------

----

11 - Revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves – Proposta de designação de novos Representantes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal a integrar a Comissão Consultiva do Plano – Informação da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território da Sra. Arq.ª Ana Isabel Augusto datada de 18.01.2018. ----------

----

12 - Procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal de Chaves: ----------
divulgação dos resultados da discussão pública; - Aprovação da versão final do Regulamento do Plano. – Informação da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território da Sra. Arq.ª Ana Augusto datada de 15.02.2018. ----------

----

13 - Manutenção do Incentivo à fixação de Empresas no Parque Empresarial de Chaves – Parque de Atividades e Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega - Proposta n.º 06/GAP/2018. ----------

Feita a chamada verificaram-se 75 presenças das 79 que constituem a Assembleia Municipal de Chaves. ----------
Suspendeu o mandato:----------
Tiago José Mata Morais Caldas – **PS** ----------
Substituição: ----------
Gonçalo André Nascimento Alves – **CDS/PP** ----------
Faltaram:----------
António José Lopes - Presidente da Junta de Freguesia de Moreiras; ----------
Rui Alberto Trinta Pintor – Presidente da Junta de Freguesia de Sanfins; ----------
Mário José dos Anjos – Presidente da Junta de São Vicente da Raia;----------
Filipe Maldonado Pinto – Presidente da União das Freguesias de Travancas e Roriz --
---------- ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que foi enviado a todos representantes das bancadas municipais e membros desta Assembleia Municipal, o expediente que deu entrada no Gabinete de Apoio a esta Assembleia: ----------
- Município de Chaves – Oficio a informar da homologação, pelo Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício económico de 2015/relatório 99/201/TC; ----------
- Associação dos Deficientes das Forças Armadas – Convite para a presentação do livro" Deficientes das Forças Armadas – Geração da Rutura". ----------
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Relatório Anual de Atividades 2017. Modelo de Recolha de Dados 2017 – Caracterização Processual; ----------
- Direção Geral das Autarquias Locais – Alerta precoce de desvios – nº1 do artigo 56º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro. Informação relativa ao ano de 2016; ----------
- Deputado Municipal Gonçalo André Nascimento Alves do CDS, pedido de substituição.----------
- Deputado Tiago José Mata Morais Caldas do PS, suspensão de mandato Autárquico.

Na ata número cinco, referente à sessão ordinária realizada no dia 20 de dezembro de 2017, devem ser introduzidas as seguintes correções:
- Na página 3 onde se *lê "Francisco José Teixeira Silva Lopes Preto, deve ler-se Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto".*
-Na página 39 onde se lê "Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha- CDU, deve ler-se Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha – PSD".
A ata foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os senhores deputados. ----------
----
Foi aprovada por maioria*, com 4 abstenções, por não se encontrarem presentes* na reunião a que a ata respeita.

Intervenções no Período Antes da Ordem do Dia ----------

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, do **PS** - Cumprimentou os presentes, nesta Assembleia, na pessoa do Senhor Presidente e disse pretender sublinhar o dia em que este Executivo municipal fez 100 dias de governação, ou seja no 31 de janeiro. Assistiu-se a um evento que para si teve um significado muito especial na medida em que, sendo as Autarquias orgãos de administração autónomos do Estado, é da sua competência a dinamização da nossa democracia que já tem 42 anos de existência. -

Tratou-se da apresentação do projeto paisagistico de uma importante praça da cidade designada por Terreiro da Cavalaria, mais conhecida por Jardim do Bacalhau. ---------
Na sua apresentação o senhor Presidente da Câmara referiu diversos destaques, que merecem ser lembrados nesta Assembleia e que tiveram, grande adesão da população flaviense, tratando-se da requalificação de uma das três praças mais emblemáticas da nossa cidade. ----------
Sendo decisões estruturais deixam, por isso, a sua marca na arquitetura e na toponimia da cidade. E colocando essa questão à discussão junto público em geral, transformou-se num ato de vivência democrática. ----------
O Grupo Municipal do PS revê- se na ideia de uma nova geração com uma dialética de proximidade dos eleitores, que o novo Executivo municipal eleito tem exercido e, neste sentido, elogiamos esta medida de abertura ao diálogo, evitando assim que se cometam erros que ocorreram no passado. Terminou deixando o apelo para a continuação da divulgação de Chaves, para que tenhamos um maior afluxo de visitantes que possam contribuir para o desenvolvimento da nossa cidade. ----------
---
O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que deu entrada uma proposta do CDS-PP e pede ao seu proponente que procede á sua apresentação. ----------
Carlos António Batista Feliz, do **CDS -** Cumprimentou em primeiro lugar o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa todos os presentes. ----------
De seguida fez a apresentação da proposta: ----------

Criação de Comissão Eventual sobre o processo técnico-administrativo da construção do Museu das Termas Romanas

Considerando que: ----------
i. As ruínas termais de Chaves são consideradas as maiores termas medicinais romanas da Península Ibérica e constituem-se como umas das maiores do mundo; ---
ii. Desde a sua descoberta, em 2004, as ruínas foram alvo de estudo e acompanhamento por diferentes entidades, públicas e académicas, dando origem à publicação de diversos artigos científicos em revistas de referência;
iii. As ruínas termais constituem-se como um potencial fator de desenvolvimento turístico e cultural do concelho, complementando e diferenciando a oferta turística de Chaves; ----------
iv. O investimento público no museu, entre dotações orçamentais e fundos comunitários, já contabiliza um valor próximo de 3,4 milhões de euros; ----------
v. O Tribunal de Contas ainda não deliberou sobre a verba de 1,113 milhões de euros, comparticipados por Fundos Comunitários, para a musealização da infraestrutura;-----
vi. A obra está num processo de degradação invulgar, interior e exterior, bem visível, obrigando a trabalhos imprevistos de manutenção curativa a curto prazo;
vii. As reportagens publicadas pelo jornal Público "Humidade no museu das termas romanas de Chaves põe ruínas em perigo" (15/01/2018) e "Afinal, a Câmara de Chaves e projectistas sabiam que nascia água quente nas termas romanas" (19/01/2018) denunciam problemas decorrentes do processo e o risco grave de degradação do património histórico coberto. ----------
viii. A reportagem do programa Sexta às 9, da RTP (19/01/2018) reforça as preocupações apresentadas pelos artigos do Jornal Público, apontando dúvidas e

incongruências graves, na cronologia e factos descritos pelas diferentes entidades participantes do processo; ----------
ix. Chaves foi distinguido pela European Spas Association como "Destino mais inovador de Resort e Spa Termal"; ----------
x. Existe a intenção declarada pelo atual Executivo camarário em candidatar a Ponte Romana a Património Histórico da Humanidade da UNESCO. ----------
O Grupo Municipal do CDS — Partido Popular propõe em sessão da Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de fevereiro de 2018, ao abrigo do artigo 26.9, n. 2 1, alínea c) do Anexo I da Lei n.2 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 46. 2, n.2 1 do Regimento da Assembleia Municipal de Chaves, delibere no sentido de: ----------
1. Constituir uma Comissão Eventual sobre o processo técnico-administrativo de construção do Museu das Termas Romanas; ----------
2. Definir como objecto da actividade da Comissão criada por esta deliberação o acompanhamento de todos os procedimentos e decisões relativos ao processo de construção do Museu das Termas Romanas, ouvindo os intervenientes e responsáveis e consultando os documentos que entender necessários, elaborando no final um relatório;----------
3. Determinar que a Comissão Eventual funcione até que se esgote o seu objecto; ----
4. Definir que a Comissão será composta pela Mesa e 1 representante de cada Grupo Municipal. ----------
O deputado municipal, eleito pelo CDS-Partido Popular, ----------
Carlos António Batista Feliz"----------

Francisco António Taveira Ferreira, do **PSD** - Cumprimentou todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia e disse que vê com alguma apreensão o desenvolvimento do estado da prestação dos cuidados de saúde no Concelho de Chaves. Referiu que está em desenvolvimento uma luta interna de negociação dos cuidados de pediatria no Serviço de urgência. Tendo chegado informação de que está autorizada a prestação de cuidados de pediatria com o horário compreendido entre as 08:00h e as 00:00h, sendo que os pediatras reivindicam a prestação de 24 horas sobre 24 horas, tendo em conta que as crianças que estão a viver na zona dos cuidados do hospital de Chaves devem ter o mesmo direito das crianças que nascem e vivem no resto do País. O Hospital de Chaves, que tem uma urgência médico cirúrgica deverá ter a cobertura de pediatria 24 horas, pois é o que consta na lei para uma situação de prestação médico cirúrgica. Segundo a publicação de dados oficiais referentes à acessibilidade, ou seja, quanto ao tempo de espera entre a marcação da consulta e quando efetivamente se é consultado, existem duas realidades muito diferentes. A primeira é quando determinada especialidade, ou área da medicina está disponível no Alto Tâmega, ou seja, no Hospital de Chaves. Em regra, os doentes têm acessibilidade à primeira consulta num período chamado clinicamente recomendável, estando definidas regras para as várias patologias, ou períodos que são razoáveis dependendo do diagnóstico de cada patologia. No nosso Hospital a resposta é próxima do período da realidade clinicamente recomendada, mas quando não existe essa capacidade instalada, o tempo de espera alonga-se e alonga-se muito, sendo que no Centro Hospitalar em geral existem várias áreas que estão muito deficitárias, como por exemplo o Serviço de urologia. Encontram-se referenciadas todas as áreas em que é

necessário e indiscutível efetuar um investimento em meios, por forma a prestar cuidados de qualidade e atempados. As áreas que estão a descoberto são áreas problemáticas e estão a descoberto por uma questão de inexistência de pessoal médico suficiente e de constituição de equipas médicas a funcionar, tornando-se necessário efetuar um investimento que já se encontra identificado. Existe em Chaves o fenómeno da "camioneta" sendo um aspeto que gostaríamos de ver ultrapassado. Se o Hospital de Chaves tivesse capacidade de atendimento, os nossos doentes não teriam necessidade de se deslocar para outras localidades, para aí serem atendidos.- Por último gostaríamos de ser informados sobre o que irá acontecer quando se iniciarem as obras no bloco operatório do Hospital de Chaves e como irá ser feita a cobertura médico – cirúrgica. Onde irão ser operados os doentes de cirurgia de urgência de todas as especialidades cirúrgicas e as operações de rotina, sendo que do ponto de vista oficial nada está ainda decidido e publicitado. O Grupo Municipal do PSD, solicita ao senhor Presidente da Câmara se nos pode informar sobre este assunto. ----------

---

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** - Cumprimentou o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa todos os presentes nesta Assembleia, referindo que a sua intervenção vem no decorrer das anteriores intervenções, que estão relacionadas com os 100 dias de mandato do atual Executivo municipal. Sendo significativo no seu entender e um principio positivo ouvir a população sobre uma solução para o arranjo do Jardim do Bacalhau, pois entendemos que é melhor começar bem e devagar, do que depressa e mal, mas convenhamos que estamos muito aquém das grandes expectativas criadas. Dá a sensação de que estamos a ver o rolar dos acontecimentos ao contrario, pois há uns anos quando o PSD chegou ao poder, foi dito que o PS tinha destruído o Jardim das Freiras. ----------

Relativamente à proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS é positiva, no sentido de que esta Assembleia Municipal possa constituir uma comissão para a preservação de um bem patrimonial do nosso concelho, não só para os seus habitantes, mas também para os visitantes, funcionando como motor de desenvolvimento económico do turismo, no nosso concelho. No que respeita ao Museu das Termas Romanas, com estes pressupostos o Grupo Municipal da CDU está disponível para integrar a referida comissão. ----------

Por último, no que respeita à saúde, referiu que as obras do bloco operatório são uma proposta do PSD de há cinco ou seis anos e sobre o assunto mencionou a intervenção do deputado Francisco Taveira, de que há necessidade de tomar atenção a um aspeto porque normalmente requalifica-se um serviço para depois o encerrar. ----------

No que concerne à urgência de pediatria, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que nos informe sobre o que conhece deste assunto, uma vez que teve reunião com o conselho de Administração. No entanto afirma que se há recursos no Serviço de pediatria para assegurar a urgência de 24 horas, na unidade hospitalar de Chaves, tendo em conta que foi por falta de recursos no passado, que essa mesma urgência deixou de funcionar 24 horas, então implemente-se. Se não há, que seja bem explicado pelo poder político, às populações, o porquê de não haver. Do ponto de vista técnico qualquer urgência a existir, deve ser de 24 horas e o único motivo para o não ser, tem que se focar na questão dos recursos humanos, ou então argumentar e assumir com

transparência que é por motivos económicos. Nesta questão há muitos aspetos que têm a ver com o orçamento, que o senhor Presidente da Câmara invocou e de certeza com alguma razão, mas seria bom que isto fosse transparente, porque a Câmara está um pouco paralisada pelos compromissos assumidos pelo Executivo anterior, o que fez com que pelos vistos não assegurasse os financiamentos dos fundos como estavam previstos, criando assim uma situação de emperramento financeiro da Câmara. ----------
Terminou dizendo que mesmo sem recursos financeiros há um papel politico, que a Câmara pode exercer. No que respeita às questões expostas pelo deputado Francisco Taveira são no seu entender pertinentes para uma intervenção da Câmara e do seu Presidente. ----------
---
António Manuel Pires de Almeida, do **PS** - Cumprimentou o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa os Secretários da mesma, o senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, membros eleitos, público em geral, comunicação social e em especial o *staf de apoio* a este Órgão de poder local. ----------
Na sua intervenção fez referência a quatro palavras de que disse gostar: *"Emoção; Gratidão; Memória e Desfaçatez".* ----------
Emoção porque, ontem como hoje, sempre que sobe a esta tribuna fá-lo com emoção, recordando que foi no dia 12 de dezembro de 1976 que pela primeira vez defendeu causas e princípios por que sempre se bateu, tendo sido eleito por vários mandatos durante 41 anos. ----------
Gratidão ao povo de Chaves, população do Concelho e especialmente à Freguesia de Vidago, na qual iniciou os seus mandatos. ----------
Memória por recordar todos aqueles que passaram por aqui antes de nós e se bateram por causas, por princípios e por ideologias, que nem sempre são coerentes, quando se está no poder e quando se está na oposição. ----------
Desfaçatez porque num comunicado apresentado pelos senhores Vereadores do PSD recomendavam, de forma demagógica, ao atual Executivo que iniciasse determinadas funções, e sublinho uma frase desse comunicado que é paradigmática e transcrevo na íntegra: *"A democracia precisa de atitudes elevadas".* ----------
Exatamente a democracia precisa de atitudes elevadas, sendo seu entender que não foi uma atitude elevada dos senhores Vereadores do PSD, na reunião de Câmara do dia 08/02/2018, quando recomendavam ao atual Executivo do PS o seguinte: ----------
"Recomendação" ----------
Considerando que no verão passado aumentaram os problemas de abastecimento público de águas às nossas comunidades rurais, foram efetuadas muitas recargas dos depósitos através da colaboração das corporações de bombeiros; ----------
Considerando que a qualidade da água na origem em alguns sistemas de abastecedores de água domiciliária tem vinda a piorar; ----------
Considerando que com o agravar das alterações climáticas os problemas de abastecimento domiciliário de água tendem a piorar; ----------
Considerando que o abastecimento domiciliário de água em quantidade e qualidade é fundamental para a qualidade devida da nossa população: Recomendamos que seja atualizado o plano de abastecimento público de água para acomodar todas as novas

realidades. Segundo que se elaborem projetos para a construção de adutoras integrar o sistema de abastecedor das Águas do Norte com os depósitos das aldeias, para se garantir um abastecimento público eficaz em todo o território municipal à semelhança do que foi feito para Vilela Seca, Torre de Ervededo, Vilarelho da Raia, que está em execução para Bustelo e Soutelo; terceiro que o reforço de requalificação dos sistemas abastecedores públicos de água constituam absoluta prioridade, nos investimentos públicos municipais. Os Vereadores." ----------

Seguidamente referiu um outro despacho datado do dia 28 de agosto de 2017, que recomendava um plano de abastecimento público de água às Freguesias do Planalto de Monforte e Águas Frias, com origem no depósito da empresa Águas do Norte. -----

Referiu que é bom recordar que, aquando da discussão da adesão da Câmara Municipal de Chaves ao projeto das Águas de Portugal, os senhores Vereadores do PSD votaram contra essa adesão, mas se não se tivesse feito, hoje garantidamente Chaves e todo o Concelho estariam sem água a maior parte do tempo, sendo que Vidago há mais de 40 anos tinha problemas de abastecimento. Conclui dizendo que é com atitudes elevadas que tem de se dignificar a politica e os órgãos que se representam. ----------

---

Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto, do **PSD** - Cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa todos os presentes desejando um profícuo dia de trabalho. ----------

No interesse do Município e sendo também uma preocupação de todos em geral, colocou duas questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal: ----------

- No passado dia 6 de novembro de 2017, um vereador do PSD, senhor Arquiteto António Cabeleira, em reunião do Executivo Camarário, alertou o senhor Presidente da Câmara para a eventual falta de segurança da Ponte Romana, referindo que poderia encontra-se em risco a sua estabilidade, pelo facto da deslocação de algumas pedras da base de sustentação da mesma. Referiu a grande quantidade de amieiros mortos a montante da Ponte, que num eventual período de inundações seriam arrastados pela corrente e posteriormente provocar um efeito de barragem. Recomendou que se deveria proceder a uma peritagem sobre a estabilidade da Ponte efetuando obras de acordo com a recomendação da equipa de peritagem, devendo, no entanto, o Município notificar os proprietários dos terrenos para efetuarem a limpeza e manutenção das margens do rio, com o corte dos amieiros mortos. ----------

Em seguimento desta questão perguntou ao senhor Presidente da Câmara o que está a ser feito para a resolução das graves preocupações manifestadas com a icónica Ponte Romana. ----------

Outra questão está relacionada com uma promessa eleitoral do PS que foi do seu agrado, e que os Flavienses aguardam com expetativa, sendo muito importante a sua contribuição para a fixação e até para regresso de muitos dos nossos conterrâneos. Embora a posse do novo Executivo se tenha feito apenas há quatro meses, porem a campanha feita pelo PS foi forte, a fasquia foi colocada muito alta, transmitindo uma mudança rápida aos eleitores e estando muita gente à espera da criação dos 500 postos de trabalho prometidos pelo PS. Alguns postos de trabalho irão resultar de investimentos iniciados na gestão PSD, nomeadamente em empreendimentos hoteleiros. Assim, o nosso Município poderá crescer para bem de todos nós, ao

contrário de outras medidas que o PS assumiu com as quais não concordo como é o caso paradigmático da redução do IMI, que irá abranger muitíssimo poucos, e aqueles que beneficiará serão os que menos precisam ou mesmo nada precisam, o que não abona em nada o estado social que defendemos. Senhor Presidente da Câmara, para tentar serenar os ânimos de muitos Flavienses que estão à espera de um emprego que lhes foi prometido, pergunto se já estão a ser dados passos concretos e quais nesse sentido, ou se existem nesse âmbito perspetivas de boas noticias, para breve.----------

---

Ernesto Salgado Areias, do **PS** - Cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa toda a mesa e toda a Assembleia aqui presente. Referiu que não vem falar de emprego, mas não pode deixar de referir que vão ser criados 400 postos de trabalho, em Bragança, acabou de os anunciar a "*Faurecia"* e vão para Bragança, porque Chaves não os quis. Congratula-se com as obras que vão ser feitas no Museu e na Ponte Romana, sendo seu entender não serem suficientes as obras de carater técnico, mas é necessária uma segunda fase, tendo em conta o aperto financeiro da Autarquia, para efetuar uma modificação arquitetónica da obra. Pelo menos é de toda a conveniência que a fachada seja posteriormente retirada e substituída por uma solução em vidro, tornando o projeto muito mais leve. ----------

Juntando o património celta àquilo que ficou do património medieval; o património romano e a presença judaica, lançou o repto ao senhor Presidente da Câmara para encarar de uma vez por todas a candidatura de Chaves a património da UNESCO, sendo certo que com essa candidatura o nosso turismo teria um desenvolvimento maior. ----------

Quanto à questão do referendo sobre a abertura da Ponte Romana a algum trânsito, é necessário ter em conta dois aspetos: ----------

Em primeiro lugar é uma promessa do PS devendo por isso ser cumprida. ----------

Em segundo lugar, é seu entender que a abertura ao trânsito da Ponte Romana pode representar uma regressão para Chaves. Por isso entende que o referendo não deve avançar, sem primeiro solicitar parecer ao Gabinete Português da UNESCO, no sentido de se pronunciar tecnicamente se é viável ou não a sua abertura, tendo em conta o projeto de candidatura. É urgente a criação em Chaves de uma cidade de cultura, ou seja, uma centralização entre os Galegos a sul na zona de Verin e o Alto Tâmega. ---

Chaves nunca encarou esta perspetiva, porque durante dezasseis anos seguiu uma politica de Vila, não tendo uma perspetiva de politica de Cidade, com preocupações de caráter cultural, com eventos marcantes, e com recuperação da zona histórica. Lançou o desafio ao senhor Presidente da Câmara, que traduzirá mais tarde por escrito, de que seja feita alguma coisa pela recuperação da Judiaria de Chaves, considerada uma das maiores do País. ----------

---

O senhor **Presidente da Câmara**, respondeu às questões colocadas, começando por saudar todos os presentes e em primeiro lugar o senhor Presidente da Assembleia. Saudou também os Secretários da mesa e Vereação presentes, os presidentes de Junta de Freguesia, os membros da Assembleia Municipal, e cidadãos que se presentes na sala. Dirigiu ainda uma palavra de apreço aos funcionários que integram a equipa de apoio aos órgãos municipais e à comunicação social. ----------

Informou a Assembleia que as escolas do Concelho se encontram abertas, mas sem atividades letivas, em virtude de os transportes escolares não terem condições de funcionamento, devido à queda de neve. ----------

Em resposta às várias questões colocadas pelos deputados municipais, quanto a ouvir os Flavienses, também deu nota de qual o modelo de governação a seguir. O modelo participado significa que as obras estruturantes e decisivas, relativamente às quais exista espaço e capacidade para serem discutidas de forma mais alargada, ainda que por ventura estejam inscritas no programa eleitoral, serão objeto de discussão pública, discussão que na sua perspetiva tem que ser próxima, ainda que esteja regulamentada. Não significa que não tomemos decisões, tomá-las-emos, mas quando estejamos mais informados, com mais contributos, mais reflexões e mais critica. Sendo que na nossa perspetiva, contrariamente à de outros, as decisões mais participadas, são mais robustas, mais fortes e mais consistentes, pois entendemos que se tiverem mais participação, são as melhores para todos. ----------

Em resposta à intervenção do deputado Francisco Taveira, disse que quanto à questão dos cuidados de saúde, tem uma visão bastante mais alargada e não centrada apenas na visão hospitalar, sendo que quando falamos de saúde, temos que olhar para a saúde no seu todo. O que todos pretendemos é que haja mais saúde, e para isso não se pode olhar só para o fim de linha, que são a terapêutica, as urgências, os processos cirúrgicos, e, portanto, estamos a falar de quem já está doente, tendo a preocupação em obter uma resposta somente terapêutica. É esta visão integrada e participada que devemos ter todos, munícipes e Câmara Municipal. Individualmente e enquanto comunidade, os Municípios, as Associações e as Entidades Públicas com responsabilidade na área da saúde, devem ter uma visão integrada da mesma que favoreça práticas alimentares saudáveis ou seja, é importante que as pessoas conheçam que, para além das questões de natureza genética, as questões de estilo de vida e de alimentação são decisivas, para poderem obter um prolongamento do seu estado de saúde. Portanto isto é um trabalho que queremos fazer, e leva tempo naturalmente, mas existem hoje nos cuidados primários, unidades que têm essa vocação de trabalhar na comunidade, cuja visão também queremos integrar, numa parceria onde se incluam as Termas, com vista a encontrarmos o tipo de respostas que não combatam apenas a doença, mas possam garantir o prolongamento do estado de saúde. Isto não significa que não tenhamos também que olhar para a questão hospitalar, com certeza que sim, pois no passado e no presente, no essencial PS e PSD sempre se entenderam ou seja, sempre tivemos uma visão próxima sobre a resolução destes problemas. Podemos discordar sobre as soluções organizativas, mas não quanto aos cuidados. Na sua perspetiva a questão organizativa se é centro hospitalar, se é um hospital organizado de forma autónoma, ou se é uma ULS, são

formas de organizar administrativamente os cuidados. Portanto podem ter-se opiniões diferentes, mas quanto à questão da prestação dos cuidados e à integração dos mesmos, penso que estaremos todos de acordo. E quanto a isso continuamos todos a entender que a unidade hospitalar de "*per si"*, isoladamente, tem um conjunto de deficiências, de incapacidades e de dificuldades. Há que naturalmente assinalar e é fundamental que se faça, temos que reconhecer que em geral o centro hospitalar tem respostas hoje que antigamente não existiam, em muitos domínios. Surgem com mais evidência as questões oncológicas e portanto há que olhar para isto de forma responsável e interventiva, pois foi nessa perspetiva que quisermos conversar nesta primeira fase, tentando perceber quais são os constrangimentos e as dificuldades que neste momento o conselho de Administração tem na gestão do centro hospitalar, quer numa dimensão organizacional, quer numa dimensão financeira, quer numa dimensão operacional mais do que aquilo que diz respeito ao recursos que tem nos vários domínios. E quando se fala de recursos fala-se de médicos, mas não se trata apenas de médicos, há determinado tipo de respostas que não são dadas porque não há assistentes operacionais e assistentes técnicos. Curiosamente a Unidade hospitalar de Chaves tem mais recursos na área de enfermagem e também de área médica, do que na área dos assistentes operacionais tornando-se esta situação crítica para a qual tem que haver uma resposta. O que foi dito ao Conselho de Administração foi que na nossa perspetiva existem um conjunto de dificuldades, quer nos tempos médios de resposta, no que respeita as várias especialidades, às chamadas consultas externas, quer no que diz respeito à parte cirúrgica. Também é verdade que deixámos lá um conjunto de notas e o que dissemos foi que queremos conversar com o Centro Hospitalar de forma permanente e para o efeito marcámos reuniões. Aconteceu já uma reunião com todo o conselho de Administração do Centro Hospitalar inclusivamente com o diretor clínico, na Câmara de Chaves, e isto representa um sinal que queremos que também falem connosco e que o Município quer ser parceiro neste processo. ----------
Feita a primeira reunião com o Conselho de Administração, a seguir vamos reunir com a ARS Norte e, identificados os problemas, falaremos também com o Secretário de Estado e finalmente com o senhor Ministro. Feito todo este processo que me parece que é o processo correto, depois de falar com todos os responsáveis da saúde e se efetivamente feitas todas estas reuniões e identificados os problemas, nada acontecer, então tomaremos uma posição pública, uma posição política crítica, assertiva e sempre crescente por que é nosso entendimento que não se pode começar pelo fim, há que começar pelo princípio, primeiro numa visão institucional, depois numa visão política mais interventiva e pública, sinalizando as questões que eventualmente possam até ajudar a que o foco e a atenção do Ministério da Saúde possam ser direcionados para Chaves. É assim que está definida a estratégia. ----------
Quanto às questões meramente operacionais, vejo com alguma estranheza o que aqui foi dito. Então no momento em que passados não sei quantos anos, 10 anos ou mais, que vamos ter presença pediátrica no Serviço de urgência das 8:00h às 24:00h, levanta-se a questão que afinal agora é que há um problema? Não se entende. --------
Então quando o Serviço de urgência pediátrica de Chaves, tem previsto para que no dia 1 de março possa efetivamente arrancar até às 24:00h, deteta-se um problema?
Então pergunta se o problema anterior não era maior. ----------

Isto sinceramente parece-me estranho porque entendo que nestas questões há que agir com seriedade, pois faz sentido olharmos de forma gradativa, ou seja, se neste momento existem condições e recursos, e isso é possível porque vieram mais três pediatras, alguma coisa se acrescentou e também há mais recursos, portanto nem tudo foi mau. Este Conselho de Administração tem conseguido criar algumas consultas e tem também, ainda assim, contratado alguns recursos. Não é suficiente? Claro que não. Precisamos de mais recursos mas não se pode fazer demagogia com estas questões e nem podemos ter uma visão corporativista, porque também gostaria que relativamente a esta matéria todos os políticos, gestores, médicos, enfermeiros, técnicos superiores de saúde, administrativos e técnicos operacionais, fizessem uma coisa importante: que eles próprios internamente discutissem e dissessem o que é que podem fazer mais para que esta Unidade funcione melhor; para que a eficiência deste Serviço seja mais elevada; para melhorar o desempenho desta Unidade Hospitalar.
Provavelmente o Conselho de Administração não o diz em público, mas tem constrangimentos financeiros e a decisão que tomaram de abrir das 20:00h às 24:00h teve provavelmente esse constrangimento em conta. A seguir cá estaremos para, em função das necessidades e até para dar resposta aquilo que são os requisitos técnicos de uma urgência médico-cirúrgica, exigir que efetivamente haja um prolongamento. Nesta primeira fase iremos dar uma nota positiva, uma saudação positiva, por este alargamento da urgência pediátrica sem deixar, no futuro, de reivindicar mais. De qualquer modo foi um passo positivo e vê-lo como negativo é mau, porque confunde as pessoas, confunde a população e introduz entropia. Isso não é desejável e não contem connosco para tal. Ainda quanto à intervenção do deputado Francisco Taveira, concordo que efetivamente os tempos médios de resposta, quer na área da consulta externa, quer mesmo na área cirúrgica, são muito elevados, mas isso é um problema nacional e nalguns domínios digamos de forma transversal ao Centro Hospitalar. Essa foi uma das questões tratadas também na reunião com o Conselho de Administração porque efetivamente quem não tem resposta em tempo útil, naturalmente não tem nenhuma resposta, e nós teremos que ter nesta matéria alguma preocupação. Trata-se de uma questão, não só de acessibilidade, mas também de equidade, embora saibamos que há um conjunto significativo da população que tem acesso a um conjunto de cuidados, visto dispor de outros sistemas de saúde, nomeadamente os funcionários públicos, os militares, agentes de segurança e os bancários, mas existe uma franja da população que os não tem, sendo sobretudo aqueles que têm menor poder económico. Na reunião com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, a nossa preocupação incidiu sobretudo nas famílias mais desprotegidas, mais carenciadas, nas pessoas de mais idade, e mais distantes dos cuidados. Isto é assim nos habitantes de Chaves e nos concelhos vizinhos que são servidos pela Unidade Hospitalar de Chaves. Porque se se encontram a uma maior distância, mais dificuldade de acesso têm, e portanto, temos que nos preocupar com esta questão no sentido de melhorar o desempenho ao nível das primeiras consultas. ----------
No que respeita ao bloco operatório, outra das questões que foi aqui suscitada, trata-se de uma obra que tem vindo a arrastar-se desde há 6 ou 7 anos, como obra projetada. Neste momento já tem uma maturação diferente da do ano passado porque verdadeiramente já está em concurso, já tem dotação financeira e já existe o projeto de decisão no sentido de autorização dos encargos plurianuais que a mesma suporta.

Trata-se de uma obra de 1 milhão e 200 mil euros, que é uma intervenção bastante robusta, mas que ainda assim levanta algumas dúvidas. Eu, claramente, não acredito que o Centro Hospitalar vá investir 1 milhão e 200 mil euros, para a seguir nada fazer com ela, pois estamos num tempo de dificuldades financeiras, de escassez de financiamento e, portanto, trata-se de uma obra financiado por fundos comunitários em que as componentes própria e nacional são muitíssimo relevantes. ----------
Portanto não acredito que alguém de bom senso e com critérios de gestão racionais, possa tomar uma decisão de fazer uma requalificação do bloco operatório, gastando um volume financeiro relevante e a seguir seja para encerrar. O que foi dito claramente foi que nós queremos ter um bloco operatório adequado, enfim que seja utilizado na íntegra e que ofereça todas as condições para que seja feita a prática cirúrgica. ------
Colocou-se a questão de como irão funcionar os serviços durante a execução das obras e isto também foi colocado em cima da mesa, nessa reunião. ----------
Uma das perspetivas que está a ser equacionada é de poder ser feita a obra por fases, mas isso está em equação, não está tomada nenhuma decisão. O que foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração foi que se essa solução for possível, estarão naturalmente disponíveis. Simultaneamente estão a tentar encontrar uma solução distinta, que é poderem eventualmente contratualizar com o exército um bloco de campanha militar, mas pelos vistos estão aqui com uma dificuldade, pois os que estão disponíveis encontram-se no IPO de Lisboa e era suposto já terem sido disponibilizados. ----------
No que respeita à intervenção do deputado Manuel Cunha, referiu que já contava que a sua intervenção fosse assim focada, porque já leu o argumentário no jornal. De qualquer das formas não percebe onde é que o senhor deputado fundou as suas expectativas para que em 4 meses tivesse acontecido uma revolução. Todos os compromissos que foram assumidos, os do PSD, os do PS, os do PCP, foram para 4 anos e alguns deles, provavelmente para período mais alargado. A questão de virar ou deixar de virar o cartaz sinceramente, não perceberam que isso tem a ver com as dinâmicas e estratégicas politicas. Disse que, sinceramente, não percebe essa impaciência e não percebe o seu entendimento de que em 4 meses se constrói toda uma mudança, mas que tem que acontecer. Quem faz gestão sabe que o primeiro ano é o ano sobretudo de conhecimento, de organização e de desenho dos projetos para o futuro porque as coisas, os projetos não acontecem por acaso, ninguém faz uma formação em 4 meses. Um projeto constrói-se em vários períodos e tem várias fases, desde o diagnóstico até à discussão da ideia, até à elaboração do mesmo. Percebe, no entanto, o seu discurso que naturalmente é político, de comunicação com os cidadãos no sentido de criar impaciência. Está no seu direito e portanto pode fazê-lo, no entanto na perspetiva do Executivo a tranquilidade é grande, porque sabe claramente o que quer, para onde é que vai, como se vai fazer, e as coisas acontecerão no seu tempo, no seu modo, de acordo com aquilo que serão em cada momento as prioridades financeiras, porque não se pode correr mais o risco de acontecer o que aconteceu no passado, que foi estarmos desejosos de executar obras megalómanas, que a seguir não servirem para nada, ou para muito pouco. ----------
Prefere ponderar, pensar, discutir com os cidadãos, se efetivamente uma determinada intervenção, determinado projeto faz sentido, se é útil, do que rapidamente implementá-

lo, e chegado ao fim perceber que tem pouca utilidade e a única coisa que se fez, foi incorporar mais custo, ter mais despesa. ----------
Portanto com este Executivo, não contem para aquilo que foi a política do passado, uma vez que a impaciência e a pressa são más conselheiras, ----------
Quanto à questão da constituição da comissão eventual das Termas Romanas, a mesma será discutida a seguir. ----------
Quanto às questões de saúde que lhe foram colocadas já respondeu. ----------
Dizer de forma também clara e vai fazê-lo de uma vez por todas, para que essa dúvida não perpasse nos Flavienses, e que também não continue a estar presente na perspetiva de muitos dos membros desta Assembleia, vai construir-se um quadro, relativo às várias obras que estão em execução ou que eventualmente foram candidatadas e estavam inscritas, identificadas no PPI e com financiamento a fundos comunitários. Vai ser distribuído na próxima Assembleia Municipal um quadro sinótico que faça uma síntese de todas essas obras com a respetiva identificação, qual a percentagem de comparticipação que tinha estado no PPI para 2017 e efetivamente qual vai ser a taxa de comparticipação. ----------
Também, dizer aqui outra coisa e esta é uma notícia desagradável para a Câmara de Chaves, porque acabou de ser condenada a pagar 580 mil euros, por causa da expropriação de duas parcelas, ainda no âmbito do Programa Pólis. ----------
Para que toda esta Assembleia, bem como os cidadãos possam conhecer efetivamente a verdadeira situação, nós esperávamos e conhecíamos várias situações adversas, relacionadas com as expropriações, mas o que mais nos surpreendeu foram as contas com a dívida às Águas de Trás- os-Montes. ----------
No que respeita à intervenção do deputado António Pires Almeida, disse que essa estupefação e essa sensação também foi sentida por si, aliás está expressa na própria ata da Câmara, não do dia oito, porque não esteve presente nessa reunião, mas está presente na última reunião de Câmara o seu pensamento e o seu sentimento sobre estas questões. É de uma enorme desfaçatez, de uma enorme demagogia alguém, passados 20, 30, 100 ou 120 dias, exigir que se faça tudo o que não se fez em 16 anos. E coloca a questão: então o que foi feito no longo processo pretérito com um quadro comunitário que esteve centrado sobretudo, no ambiente, na água e saneamento? Em que houve milhões e milhões de euros para esta afetação? Então não fomos nós que ouvimos nesta Assembleia, dizer que o Concelho estava muito bem e que tinham sido feitos investimentos de milhões e milhões de euros neste domínio? Não foi isso que disseram aqui? Afinal continua-se com muitos problemas de água, os senhores Presidentes de Junta sabem que existem muitas Freguesias e muitos lugares que têm problemas graves de água em quantidade e em qualidade. E isso é um problema gravíssimo, cuja resolução envolve enormes financiamentos. ----------
Relativamente às questões colocadas pelo deputado Francisco Preto, referiu que não entende o posicionamento político que vem assumindo nas posições que aqui expressa. Não compreende porque, se havia preocupação com a Ponte Romana, não se fez durante16 anos, uma peritagem? ----------
E no ano passado não existiam ramos secos no Rio Tâmega? ----------
E porque não se fez peritagem ao Museu das Termas Romanas, onde havia e há um grave problema? Não faria sentido? ----------
-Quanto à Ponte Romana, referiu que já foi feita uma avaliação sumária com a

intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente no sentido de avaliar o que possa acontecer no rio a montante da Ponte. A articulação com esta Entidade justifica-se porque, em última análise, é quem permite ou não qualquer intervenção no rio, já que a Câmara não pode tomar nenhuma decisão se não for previamente autorizada pela Agência referida. Portanto das intervenções que vão ser feitas no futuro próximo, o senhor deputado vai ter conhecimento do que está previsto, não demorará muito. Só é preciso aguardar até ao mês de abril, para se perceber que estão desenhadas intervenções que vão não só fazer a limpeza dos troncos, não só fazer o abate das árvores que eventualmente estejam mortas, mas também fazer a consolidação das margens. ----------

É, portanto, um trabalho que é necessário e vai ser feito. A sua surpresa não é quanto à necessidade de ser feito, mas sim quanto à urgência, pois parece que tudo agora está a acontecer, parece que o que ontem não era urgente, hoje passou a sê-lo e é isso que me surpreende. ----------

Depois dizer outra coisa, não percebe muito bem esta questão da sua preocupação com os empregos e isso sim serviu aqui, de porta voz da população. ----------

É verdade que existem neste Concelho alguns problemas de empregabilidade, existem famílias e concidadãos nossos que vivem situações difíceis é verdade, mas também digo outra coisa, ao senhor Deputado: é que provavelmente muitas dessas pessoas que têm dificuldades e que manifestam essas carências, não terão o perfil necessário para poderem ser contratados pelas empresas que eventualmente possam vir a instalar-se. E esse problema, que há que resolver tem duas dimensões. Uma dimensão social para a qual procuraremos ter uma política mais ativa e próxima, já que as pessoas com carências a este nível nem sempre têm condições para integrar uma equipa de laboração exigente. ----------

Após termos uma resposta para estas pessoas, procuraremos resposta para aqueles que têm capacidade, têm qualidade de trabalho, muito jovens licenciados, esses sim estão a merecer uma atenção especifica. Como compreenderá estas matérias não são matérias de campanha, são questões que têm que necessariamente envolver um conjunto de parceiros e de especialistas nas diversas matérias, para que nós possamos efetivamente desenvolver um trabalho de motivação e de sensibilização, junto de potenciais investidores. Temos também que entender como é que nós, Município, e diga-se que o Município não vai empregar ninguém. Os 500 postos de trabalho não são para emprego público, são todo o emprego que se possa fazer no Concelho, e vai ser medido em função dos postos de trabalho que tenham sido criados principalmente pelo setor privado.---------- ----------

Referiu ainda, que não há emprego privado criado pelo PS nem pelo PSD, há emprego criado relativamente ao qual nós podemos ter uma atitude positiva, colaborativa, de sermos também parceiros. É essa a missão que o Município tem, no que diz respeito a uma das componentes que achamos que esteve sempre mal utilizada, e que tem a ver com as infraestruturas públicas que existem. Aí sim temos um papel direto, ativo, porque tem a ver com a manutenção e desenvolvimento da Plataforma Logística, do Mercado Abastecedor, do Parque de Atividades, onde o Município tem a vocação e a obrigação de promover o emprego. ----------

Quanto ao mais, o Município naturalmente deve ter uma visão de equilíbrio económico,

assumindo uma componente de vocação empresarial, de investimento, e essa é certamente uma linha fundamental da nossa atuação que irá ser prosseguida no futuro. Quanto ao IMI, houve um decréscimo substancial de receita da respetiva coleta. O compromisso foi que pudéssemos ter a taxa mínima, em 4 anos, porque as propostas dos compromissos eleitorais são para 4 anos, não são a um ano, nem para dois meses. Dizem que o problema do IMI é que eventualmente a sua redução, não vai beneficiar aqueles que mais necessitam. Ou seja, o conjunto da população que mais beneficia com a redução do IMI, é sobretudo a classe média porque quem tem fracos recursos, não tem habitação própria, e mesmo tendo-a, está isenta do pagamento do IMI, seja por via do valor do próprio imóvel seja por via do rendimento do seu agregado familiar. Isso é apenas parte da verdade, mas é nosso entendimento que alguns sempre vão ser favorecidos. A grande maioria das pessoas que vão ser beneficiadas, pela redução do IMI, são trabalhadores da classe média que têm uma habitação própria e, como sabemos em Portugal, diferentemente de outros países da União Europeia, o mercado de arrendamento tem pouca expressão, portanto, as famílias flavienses, e grande parte das famílias trabalhadores da classe média flaviense são proprietários de habitação. Quem ganha oitocentos euros, novecentos euros, quem no conjunto do casal ganha mil euros, mil e quatrocentos, esses sim vão ser beneficiados, e esses queremos que fiquem cá e queremos naturalmente dar-lhes o sinal de que os queremos cá. Portanto não comungo da visão aqui apresentada, temos uma visão completamente diferente no que respeita a esta matéria, e é para os flavienses que nós queremos naturalmente trabalhar.----------

No que respeita à intervenção do deputado Ernesto Areias, o senhor Presidente da Câmara referiu, que quanto à questão da Ponte Romana, é verdade que não congrega vontades do mesmo sentido, quanto à sua abertura ao trânsito. Há certamente pessoas em todos os partidos, em todas as bancadas, que têm opiniões diferentes. O que se prometeu e vai cumprir-se, foi de fazer um referendo, iremos colocar à consideração da população a decisão de abertura da Ponte Romana num dos sentidos, pois foi isso que foi prometido. Num Estado Democrático, numa decisão próxima dos cidadãos, sobre estas matérias deve propiciar-se um ambiente que permita em público discutir, afirmar e defender as nossas ideias e, portanto, quem entender nessa auscultação popular que efetivamente existem todas as razões para que não se abra o trânsito ao público, deve defendê-las, mobilizando-se, cívica e politicamente. Neste compromisso os outros que entendem de forma diferente, mobilizem-se em sentido diferente, mas assim como nas eleições autárquicas, aqui também, vencerá a proposta que recolher maior expressão da votação. Também podemos, para que as pessoas estejam mais bem informadas, fazer um pedido prévio de informação no sentido de se poder decidir de forma mais clara, se efetivamente a abertura da Ponte poderá ou não condicionar a possibilidade de formulação de propostas a Património da UNESCO. ----------

Candidatar a Ponte ou a Cidade a Património da Humanidade é um processo muito complexo, muito difícil pese embora já ter sido prometido por todos os partidos, sobretudo pelo PSD sucessivamente nas eleições autárquicas. Mas a verdade é que nunca se deu um passo nessa direção, não há uma comissão constituída nesse sentido, que é preciso na sua opinião uma comissão “de Sábios”, para que esse processo possa ter início, mas vai ser feito certamente. Dizer que a nossa memória, a nossa história, são o resultado do contributo de todos os povos, dos Celtas, dos

Romanos, da época Medieval, dos Judeus e também de outras religiões porque, claramente nós somos enfim resultado de todas estas ações e relações humanas. ---
---

Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto, do **PSD** – Referiu que depois da intervenção do senhor Presidente da Câmara, não podia deixar de dizer duas palavras, e acentuou as palavras que por si foram proferidas e sentidas. Não se referiu especificamente aos ramos, sendo que vieram por arrasto na corrente. Aquilo que quis referir e que se apercebeu da leitura da ata da Câmara, foi que teriam aparecido umas fotografias nesta altura, que mostravam que havia pedras a ser deslocadas na base da Ponte e que poderiam colocar a Ponte, eventualmente, em risco. A força dos ramos, podia ali estar a fazer uma espécie de barragem prejudicando a sua sustentabilidade. E foi recomendada a necessidade de fazer algumas obras, sendo a pergunta feita nesse sentido. E quanto à primeira questão foi só isso que referiu, porque a Ponte é o melhor que temos em Chaves. A segunda questão foi em relação aos empregos, tendo o cuidado de dizer que só passaram 4 meses e quando falou nos cartazes, não foi no sentido pejorativo, mas sim no sentido de que a campanha que foi feita, dava a entender aos eleitores que as coisas se iam passar de forma rápida. Claro que sabe, que não se podem criar 500 postos de trabalho em 4 meses, mas podiam, se calhar ser criados, 20, 30 ou 40 e sabe também que, quando o senhor Presidente, prometeu 500 postos de trabalho, teria uma ideia, pois 100 ou 200 vêm do tempo do PSD, já estando aí hotéis em construção, só precisaria criar mais 300. A questão é esta: é verdade que o problema do emprego sempre preocupou, não é só de agora, mas falou dele porque foi referido especificamente na campanha, portando a questão não é descabida, não está fora de contexto.----------
A terceira questão quanto ao IMI, é verdade que a redução do IMI, vai beneficiar muitos, mas o que disse é que vai beneficiar muitos sobretudo da classe média, dos que menos precisam. Basta fazer as contas. Foi isso que quis dizer. Quanto ao facto do senhor Presidente ter outra visão tudo bem, mas foi este esclarecimento que quis fazer. ------
---

Em resposta o senhor **Presidente da Câmara**, referiu que percebe o desconforto e a necessidade de se explicar novamente. Dizer que quanto à Ponte, da avaliação feita ainda que sumária, pelos serviços técnicos da Câmara, foi identificada a necessidade se fazer alguma intervenção, mas não no dia imediato. Ou seja, não foi identificada como urgência dessa natureza, mas tem que ser naturalmente ponderada, para que se veja qual é a melhor solução sobretudo para evitar que possa haver algum dano na sua estrutura. Embora considere que o melhor que temos são os Flavienses, de qualquer das formas, em termos de património histórico é único e por isso nesta questão estamos entendidos. Depois dizer que, se já sabia que 4 meses era pouco tempo para a criação de emprego, porque é que colocou a questão. A medição faz-se pela criação de postos de trabalho e não vai ser o PSD a fazê-lo. Será o PS no tempo da sua gestão, que o vai fazer. A economia é dinâmica e, nesse período, vão ganhar-se e vão perder-se empregos. Por isso não venham dizer depois que foi o PSD, quem os criou. ----------

Nesta altura, o senhor **Presidente da Assembleia**, questionou se ainda haveria mais inscrições para intervenção e, não havendo, poderia passar-se à discussão da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP. ----------
---

Manuel Guerra Afonso, do **PS** - Saudou em primeiro lugar o senhor Presidente da Mesa, e na sua pessoa todos os presentes. ----------
No que respeita à questão aqui colocada pelo deputado do PSD, Francisco Preto, é seu entender que o senhor Presidente da Câmara já teve oportunidade de responder, no entanto reforça a ideia. Quanto ao rio referiu que é inadmissível que não se tivesse feito nada, pois tivemos um ano 2017 infelizmente mau, pela ausência de precipitação, mas bom para se fazer a sua limpeza e, nesta Assembleia, fizeram-se algumas referências à questão caótica do rio, à falta de água, ao seu mau aspeto. Além do que já disse o senhor Presidente da Câmara, porque não se fez o desassoreamento do rio? O rio não assoreou no último ano, nem no penúltimo. Foram 16 anos e não se viu o PSD, nesse tempo a fazer o que quer que fosse pelo rio. Outra questão é o de exigir em 4 meses, esquecendo-se que, quando há 16 anos tomaram conta da Câmara, andaram mais de 2 anos para arrumar os dossiers. ----------
---

Depois de todas as intervenções resultantes de prévias inscrições, o senhor **Presidente da Mesa**, colocou a questão à Assembleia se devem ser feitas todas as inscrições no início ou se se devem aceitar inscrições à posteriori. A orientação foi no sentido de que se devem continuar a aceitar inscrições.
Seguidamente procedeu-se à discussão da Proposta de Criação da Comissão Eventual sobre o processo Técnico-Administrativo da construção do Museu das Termas Romanas, apresentada pelo membro da Assembleia Carlos António Batista Feliz -Grupo Municipal do CDS/PP. ----------
- ----------
Intervenções:----------
Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** – Disse que o senhor Presidente da Câmara e o Executivo têm que ter opinião sobre o Museu das Terma Romanas, porque na Autarquia sempre houve vereadores do PS, e vereadores do PSD, que o atual vice-presidente da Camara era na altura vereador, havendo já um conhecimento profundo sobre o dossier das termas, com se esperava que houvesse sobre o resto. Por isso, a discussão tem que ser feita no sentido de: temos a sorte de ter uma riqueza incalculável, saibamos aproveitá-la ao serviço dos flavienses, dos portugueses, do mundo em geral, aproveitando-a do ponto de vista cultural e do desenvolvimento económico. Entende que a ideia do CDS, pode fazer sentido, pois existem questões técnicas, de conhecimento dos dossiers, percebendo os compromissos económicos, pelo facto da entrada de verbas de fundo social europeu e de fundos comunitários, que colocam condicionantes nas alterações aos projetos. A CDU vota a favor desta comissão, entenda-a não como uma comissão de *"caça às bruxas",* mas como uma comissão para ajudar o Concelho, a cidade e a Câmara, a que se aproveite da melhor maneira possível a riqueza que temos, mas gostaríamos de ouvir opinião mais concreta do senhor Presidente da Câmara, já que como o Executivo atual pretende lidar com a situação e resolver o problema, sabendo nós que não foi o Executivo atual que o criou.

Nelson Paulo Gonçalves, do **PSD** - Cumprimentou o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa, todos os restantes membros da mesma, senhor Presidente da Câmara, todo o Executivo Camarário e Veadores da oposição, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores membros desta Assembleia, publico em geral, comunicação social aqui presente, funcionários da autarquia.----------
O Grupo Municipal do PSD, embora tenha tido alguma dificuldade em perceber a proposta aqui apresentada e, fora alguns apartes aqui referidos, somos hoje como sempre fomos no passado, favoráveis a toda e qualquer fiscalização, favoráveis a toda a transparência na gestão da coisa pública. Por isso, em coerência o Grupo Municipal do PSD não poderia senão votar favoravelmente a proposta que foi apresentada ------
--- ----------

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do **PS** - Cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, e Secretários, o senhor Presidente de Câmara, senhora e senhores Vereadores, colegas deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta e público presente.----------
Sobre esta proposta disse que embora não esteja na posse do texto, daquilo que foi possível ouvir, o Grupo Municipal do PS revê-se na integra dos seus considerandos. Quanto à proposta concreta parece que incide em dois pontos:----------
Um deles mais relativo ao passado, se é que percebeu bem, ainda ninguém conseguiu construir o histórico cronológico dos acontecimentos técnicos e administrativos e parece-lhe difícil que se consiga fazer tal apuramento, visto que o atual Executivo ainda o não conseguiu fazer e os anteriores também não, sendo certo que existem responsabilidades politicas. ----------
A segunda é de acompanhamento para futuro que, pelo que se percebeu, serão estas as missões desta comissão. ----------
Efetivamente no que ao passado respeita é nosso entendimento que o PS ao longo dos anos neste Fórum e noutros, denunciámos em absoluta coerência com o que foi a nossa posição, não poderíamos agora nós próprios exigir, até para apaziguar algum alvoroço criado na opinião publica. Devemos todos ter esta preocupação de esclarecimento de forma absolutamente transparente e séria, o que aconteceu até aqui.----------
Quanto à segunda fase, e daqui em diante, o Grupo Municipal do PS está inteiramente disponível para acompanhamento do trabalho do executivo naquilo que seja a procura das melhores soluções e julga que mais do que opiniões, daqui em diante, importam as soluções e as decisões. Mas estas devem ser tudo menos leigas, tudo menos simplistas, tudo menos incompetentes, sendo que daqui para a frente chegou o tempo da competência, da tecnicidade e da seriedade. ----------
Aguardaremos com serenidade os pareceres dos técnicos, para em função desses pareceres se tomarem, no devido tempo, as necessárias decisões politicas. O Grupo Municipal do PS vota favoravelmente esta proposta com este âmbito, neste espirito, sendo seu entender que quanto à composição da mesma, ao numero de elementos ao seu funcionamento há qui algumas arestas por limar.----------
----- ----------

Carlos Feliz, do **CDS** - Disse que a proposta aqui apresentada pelo CDS, tem como base o conhecimento dos dossiers do passado, acompanhamento do presente e do futuro. A comissão a constituir não é como aqui se disse e muito bem “para andar a

fazer caça às bruxas nem de perto nem de longe". Quanto aos apartes na apresentação da proposta, lembrou ao Grupo Municipal do PSD, que também ao logo do tempo ouviu aqui frases infelizes da sua parte. ----------

Pediu a palavra o deputado Municipal do PSD, Nelson Montalvão, para exercer o direito de resposta e, referindo-se ao deputado anterior, disse que os apartes todos os podemos ter, mas quando apresentamos uma proposta, é no seu texto que nos devemos concentrar.----------

Nuno Vaz Ribeiro **Presidente da Câmara Municipal** - Relativamente a estes assuntos deu nota da informação que, no seu entender, pode ter alguma relevância. Querendo nós estarmos informados e ter conhecimento de todos os dossiers vai levar algum tempo e que ainda não os conseguiu ler todos.----------
Sendo dossiers bastante extensos não podemos ter conhecimento de tudo, sendo esta uma dimensão de gestão. A Câmara faz gestão e a Assembleia Municipal faz fiscalização, são dimensões diferentes, portanto nem sempre se tem conhecimento dos dossiers de forma pormenorizada. Provavelmente este dossier é o mais complexo no imediato, que temos para resolver.----------
Complexo porque? É importante que tenhamos presente alguma informação de contexto que é muito relevante. Falamos de várias decisões tomadas ao longo do tempo, de compromissos financeiros e contratuais que foram sendo assumidos, não esquecendo que estamos a falar de uma obra que tem forte componente de financiamento comunitário e, nessa perspetiva, existem contratos de financiamento que têm que ser observados pelo Município, sob pena de serem objeto de pedido de devolução ou seja, se esta obra não ficar afeta à finalidade que foi decidida e contratualizada, podem estar em causa os financiamentos respetivos. Sabem, também que a intervenção mais recente tem basicamente duas dimensões. Uma dimensão mais técnica que tem a ver com a humidade, a condensação.----------
Outra dimensão diz respeito aos trabalhos de conservação musealização, ou seja, pôr o espaço funcional, visitável sendo a dimensão em termos financeiros mais relevante, no total de 1 milhão e 50 mil euros, valor do contrato de empreitada já assinado quando este executivo tomou posse, que estava pendente em Tribunal de Contas. A decisão do Tribunal de Contas já é conhecida, depois de dois esclarecimentos, e neste momento já há o visto do mesmo, significando que temos todas as condições financeiras, contratuais e de recursos, para que possamos dar inicio à obra. A solução é a adequada, em face das duvidas existentes na comunidade e em alguns técnicos, não só para debelar a questão da condensação, mas também em termos ambientais e em termos energéticos. Fizemos contato com o LNEC, com o qual já se contratualizou o primeiro estudo que está neste momento a ser feito, no sentido de sermos informados, validar tecnicamente a informação acerca de que se o projeto na componente mecânica é adequado ou não, querendo nós obter rapidamente esta informação. Já foi enviada informação documental para analisar, vieram fazer no local análise de peritagem, para posteriormente elaborarem um relatório preliminar, sendo que todos os cidadãos possam ter opinião sobre ela, nós queremos ter neste processo, como noutros, informação de quem efetivamente sabe e tem conhecimento técnico e cientifico, para posteriormente se tomar uma decisão certa e adequada. Sem esta

informação não seria prudente da nossa parte, iniciar a obra. Neste sentido a recolha do contributo do LNEC, se a informação que solicitamos for positiva, então avançamos de imediato; se não for positiva, aí reuniremos todos e faremos discussão sobre o caminho mais adequado a seguir. Pelo facto de este financiamento ter um prazo limite, ou seja, a obra tem que estar concluída até final de janeiro de 2019, poderemos correr o risco de perder o financiamento, sendo necessário tomar rapidamente a decisão. Sendo certo que a necessidade da nossa celeridade não pode pôr em causa o mérito da decisão. ----------

---

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

---

Foi constituída a comissão que a proposta prevê sendo os seguintes elementos: -------
Mesa da Assembleia Municipal - Anselmo José Martins; ----------
Grupo Municipal do PSD - Alexandre Manuel Afonso de Queirós Medeiros; ----------
Grupo Municipal do CDS/PP - Gonçalo André Nascimento Alves; ----------
Grupo Municipal da CDU - Manuel Justino Matos Cunha;----------
Grupo Municipal do PS- a indicar posteriormente. – ----------

---

***PERÍODO DA ORDEM DO DIA*----------**

---

1 - Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. ----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que este assunto já foi falado na primeira reunião, e que se mantém a necessidade de atualizar o Regimento desta Assembleia, para vigorar no presente mandato. Foi, então, constituída uma comissão, que realizou o seu trabalho, apresentando várias propostas de alteração ao Regimento atual, propostas feitas pelos elementos do referido grupo, que vão ser discutidas e votadas nesta Assembleia. ----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia** abriu, então, um espaço de debate para discussão e análise das referidas propostas. ----------

---

Intervenções: ----------
Anselmo José Martins, do **PS -** cumprimentou a Assembleia Municipal, disse que esteve presente na Comissão onde foram apresentadas duas propostas sobre as quais "pôs óbices" e disse mesmo que teriam de passar por uma decisão da Assembleia. -- Encontrando-se lá como membro, obviamente todas as propostas foram aceites, porém não houve unanimidade, porque não foram votadas. Uma delas foi esta primeira proposta que irá ser apresentada "do público falar no período antes da Ordem do Dia ou no final dos trabalhos", lembrando-se perfeitamente que disse que por uma questão de princípio e, dado que muitas vezes no final dos trabalhos as pessoas se vão embora, seria um fator a considerar; mas também há outro fator a considerar, importante no funcionamento da Assembleia Municipal, que é não introduzir ruido logo no inicio da mesma. Como tal, a proposta ficou, ponderada, mas alertou sempre que seria da decisão da Assembleia Municipal, não tendo sido votado. **----------**

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, do **PS** - cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia e restantes membros da mesa, o senhor Presidente da Câmara Municipal,

os senhores e senhora Vereadores, os senhores e senhoras Deputados, as senhoras e senhores presidentes de Junta e demais presentes. Disse que, como referiu o professor Anselmo, e tendo estado também presente na referida reunião, onde ficou acordado de que seria ele a redigir o documento (as propostas apresentadas foram quase todas do CDS-PP) e que depois se iria consultar o nosso Grupo Municipal do PS e que quem aprovaria no limite, seria a Assembleia Municipal. Houve dois pontos em que o PS não concordava em absoluto. Consequentemente, a posição do PS é a seguinte em cada um dos pontos: ----------
A 1ª proposta é de alteração do Artigo 13 – "na sessão ordinária de junho haverá um ponto obrigatório na ordem de trabalhos destinado a uma discussão sobre o estado do Município" - aqui o PS entende que não há qualquer objeção a fazer, salvo uma, que seria alterar Município por Concelho. ----------
Alteração dos artigos 21º, 22º e 23º - alterar a ordem dos trabalhos o PS votará contra, porque entendo que tal alteração causaria um atraso desnecessário e muita confusão logo no inicio da Assembleia Municipal. ----------
Artigo 26º - sobre os tempos dos Grupos Municipais o PS votará a favor. ----------
Artigo 42º - caracter publico das reuniões e introdução de 3 novos pontos. ----------
No ponto nº 3 neste ponto – o PS votará contra e propõe que a nova redação seja tal como está tirando apenas no "sitio eletrónico". O PS é contra as gravações áudio das Assembleias e sua disponibilização no "*site"* da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal, pois é seu entendimento que já lá se encontram as atas para quem quiser informar-se, não havendo necessidade de gravação áudio, para alem de todo o trabalho acrescido que isso representaria. ----------
Os pontos nº4 e nº5, assim como artigo 51º, o PS votará a favor.

Francisco José Teixeira Lopes da Silva Preto, do **PSD** - Disse que algumas coisas podem ter-lhe passado na leitura da apresentação da proposta de alteração, mas o que reparou e de facto merece alguns reparos, é o seguinte: ----------
Em primeiro lugar o pretendido quer no ponto 2 artigo 13º, ou seja, na sessão ordinária de junho haja um ponto obrigatório na ordem de trabalhos, destinado a uma discussão sobre o estado do Município, não deve ser ali inserido por ter um âmbito demasiado amplo e parecer até desconhecedor da realidade de todo o trabalho dos membros desta Assembleia. Na verdade, em todas as sessões da Assembleia Municipal é discutido o estado do Município, aconteceu nas sessões anteriores, irá acontecer nesta e obviamente ocorrerá nas próximas. Se aquilo que se pretende é uma discussão sobre o estado do Município, que é um poço sem fundo em que tudo cabe, vazio de todas e quaisquer especificidades, como tal desvirtuando uma ordem de trabalhos onde se quer cada um dos seus pontos devidamente concretizados, então o que deverá ser feito, eventualmente na sessão da Assembleia Municipal de junho, é alargar o período antes da Ordem do Dia para, por exemplo, 120 minutos. É para discutir todos os assuntos gerais de interesse autárquico que existe o período antes da Ordem do Dia a que o artigo 21º do Regimento, entre outros, se reporta. ----------
Acresce que o nº2 do artigo 22º do Regimento impõe que esta Assembleia, em todas as sessões ordinárias, proceda à apreciação e naturalmente à discussão se o desejar, da informação escrita do senhor Presidente da Câmara, bem como da situação financeira do Município, pelo que, também neste ponto, podem ser analisados e discutidos muitos itens do Município. Além de que, nos termos do nº2 do artigo 19º do Regimento qualquer membro da Assembleia, pode requerer que seja incluído na Ordem do Dia qualquer assunto da competência deste, caso se verifique que existe uma necessidade especial de discussão de tema especifico, e que o tempo de que se dispõe no período antes da Ordem do Dia, não seja suficiente. ----------
Em segundo lugar o pretendido no ponto 3 do artigo 42º, ou seja, as reuniões da Assembleia Municipal serem gravadas em formato áudio pelos serviços do Município

devendo os respetivos registos ser disponibilizados no arquivo digital no sitio eletrónico da Assembleia Municipal, mantém toda a nossa concordância até ao momento em que se não confunda o caracter público das reuniões com a disponibilização dos registos fonográficos no sitio eletrónico da Assembleia. Referiu ainda que, no tempo que tem de experiencia nesta Assembleia, nunca viu os lugares do publico todos ocupados, nem tem conhecimento de algum munícipe que se tenha queixado, alegando que a disponibilidade das atas das reuniões não era suficiente e necessitava de gravações áudio, para ser melhor elucidado. As gravações áudio devem ser feitas, e estar disponíveis para que qualquer um dos membros desta Assembleia possa confirmar aquilo que foi ou não, dito em caso de duvidas. Não devem ser disponibilizadas ao público aleatoriamente sem qualquer requerimento para o efeito, porque como o bom senso nos ensina, quem está a ouvir palavras sem ter assistido ao momento em que foram proferidas, poderá ter tendência a idealizar falsos cenários e fazer juízos errados, sendo prejudicial ao interesse público. A proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Chaves que nos foi apresentada deverá pelo menos sofrer as seguintes modificações: ----------
Eliminação total do ponto 2 do artigo 13º - e em alternativa um aumento ou não do período de antes da Ordem do Dia da sessão ordinária de junho. ----------
Segundo - eliminação da segunda parte do nº3 do artigo 42º - que é a disponibilização dos arquivos áudio no sitio eletrónico da Assembleia e em alternativa acrescentar ou não um número com o seguinte teor "as reuniões da Assembleia Municipal serão transmitidas "*online"* em direto no canal do Município no sitio do *"youtube".*----------
--- ----------
Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** - Começou por se referir ao entendimento do senhor Presidente da Câmara quanto à intervenção do público antes da Ordem do Dia, dizendo que a Assembleia tem capacidade para refletir, se quer intervenção do público ou não. Porque o modelo existente não funciona por uma razão simples: ninguém sabe quantas horas demora a Assembleia e em rigor também ninguém sabe se a Assembleia não termina, podendo transitar para a semana seguinte. Não se recorda se, durante estes16 anos, houve uma intervenção do público; no entanto se queremos que existam intervenções, temos de encontrar uma forma legal de as promover. -------
Segundo aspeto - a questão da filmagem teve um argumento contra, que implica uma logística e uma despesa complexa. Como membro desta Assembleia pensa as dificuldades devem ser ultrapassadas, não faz sentido o não acesso, pois tudo o que aqui se diz é público. ----------
Terceiro aspeto - a questão do debate na sessão de junho coloca a questão: nós queremos ou não que haja um momento por ano de reflexão sobre a situação do Concelho e do Município, para que toda a população tenha conhecimento? No seu entender encara bem esta situação de que haja esse período, independentemente da data. ----------
O Grupo Municipal da CDU vai votar, em cada ponto destas propostas, favoravelmente.

Ana Maria Rodrigues Coelho, do **PSD** - Cumprimentou o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa todos os presentes. Disse que gostaria de colocar duas questões relacionadas com a preparação da Assembleia e com os pontos focados. ----------
No que respeita ao ponto 13º de facto, não é verdade que não haja momentos consagrados à reflexão especificamente ao estado do Município, havendo dois em particular que realça: um é a aprovação do Relatório de Contas que reflete, o encerramento de um ciclo, estando aí descrito aquilo que foi executado e refletido também no Plano e Orçamento. ----------
E o segundo momento é na planificação do ano seguinte, sendo seu entender que são dois momentos por excelência de reflexão sobre o estado da nação, podemos chamar-

lhe assim. É seu entender que os argumentos invocados pelo deputado Municipal Francisco Preto são válidos. ----------
No que concerne às gravações e no que respeita à divulgação da transparência, as razões são relevantes e válidas, sendo que a disponibilização do áudio pode trazer uma situação de descarregamento seguida de adulteração. Para informação basta ler as atas. ----------
---

Anselmo José Martins, do **PS** - Cumprimentou o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa todos os presentes, disse que informalmente foi coordenador do grupo de trabalho e a ideia com que se ficou de imediato, foi de que o Regimento vigente servia perfeitamente a todas as forças partidárias, havendo só uma delas que foi apresentando propostas. Iniciou pela apresentação da proposta de intervenção do público, tendo nós refletido sobre a mesma, desde a questão do ruido que pode ser fator de destabilização de toda a sessão da Assembleia Municipal. Mas como uma proposta aceite há que respeitar e a Assembleia é soberana e decidirá. ----------
Outra proposta polémica foi a de "gravação de vídeo e áudio" e nesta, caríssimo deputado Nelson Montalvão, foi dito desde logo que não, pois, este assunto já tinha sido pensado no passado em termos de recursos materiais, humanos, técnicos e foi considerada não possível, tendo-se conseguido que o grupo trouxesse à Assembleia, só o recurso ou a possibilidade de aceder às gravações áudio. Mas foram questionados todos estes problemas. A única proposta que mereceu unanimidade foi a de definir perfeitamente a separação entre o publico e os elementos da Assembleia Municipal. Foi isto o que se passou na reunião do grupo. ----------
---

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do **PS** - Disse que vai fazer aqui um ponto de situação, não deixando de saudar todo o trabalho de cada um dos colegas que constitui o grupo de trabalho que apresentou esta proposta. No que concerne ao nº2 do artigo 13º, que prevê um ponto especifico de inserir na ordem de trabalhos da sessão de junho, para a discussão do estado do Município: embora na reunião preparatória o PS tenha sido favorável à aprovação desta proposta, a verdade é que não se deixou de rever naquilo que foram os considerandos expressos pelo PSD, na pessoa do seu deputado municipal Francisco Preto. No entanto não sabe se há possibilidade da parte do CDS para se chegar a um ponto de encontro e efetivamente se poder optar pela solução de aumentar o período antes da Ordem do Dia, para esta Assembleia de junho. ----------
Relativamente à questão da intervenção do público, plasmada no artigo 21º e saudando desde logo também esta informação, que a mesa acabou de nos prestar, sendo verdade que todos são deputados municipais e também cidadãos, vê-se com bons olhos que os nossos concidadãos e conterrâneos possam ter neste espaço um espaço de intervenção. ----------
Finalmente para referir os pontos mais sensíveis e no respeita aos registos, é seu entender que o registo para memória futura já tem suporte administrativo, por excelência e legal, que é a ata. De todas as propostas e soluções aqui apresentadas da participação e divulgação do nosso trabalho, do ponto de vista do PS, a disponibilização de gravação áudio exclusivamente em "*streaming", ou seja,* ao vivo seria o mais aconselhável, sendo neste sentido a nossa proposta, aguardando pelo Grupo Municipal do CDS se quer acolher algumas destas soluções ou parte-se para a votação. ----------
---

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do **PSD** – Quanto a este assunto, reafirmou o que os seus colegas de bancada disseram e concorda com as posições do PS, exceto nesta questão do áudio, tendo referido que numa reunião de trabalho anterior, na presidência do Dr. João Batista o Grupo Municipal do PSD apresentou nesta

Assembleia uma proposta de "Cidadania Participativa" e um dos pontos era que houvesse no *site* da Câmara, ou se fizesse um *site* próprio para a Assembleia, ou no *site* da Câmara existisse um *Link* redirecionado apenas para a Assembleia Municipal que, para além das atas, fornecesse mais informações de toda a composição da Assembleia e que as Assembleias Municipais pudessem ser filmadas. Na altura, a grande questão seria de que esta medida iria aumentar a despesa da Autarquia, para além de ter no mínimo um ou dois técnicos a efetuar esse trabalho. Face a este impasse o Grupo Municipal do PSD concorda que seja colocada em direto a realização das Assembleias, mas não apenas no áudio, também em vídeo, pelos argumentos já referidos pelo deputado Francisco Preto. É opinião do Grupo Municipal do PSD que este ponto deve ter um complemento ou então deve ser retirado, ou seja, o áudio e a imagem. ----------

---

Carlos António Batista Feliz, do **CDS** - Disse que o Grupo Municipal do CDS entende que são pertinentes as alterações. Concorda na alteração do artigo 13º no ponto nº2, o estado do Concelho e não do Município. Sendo o espirito desta proposta embora não esteja aqui plasmado, mas é a intenção, e o deputado Manuel Cunha percebeu, o porquê do estado do Concelho. É que durante as intervenções, no que se refere ao estado do Concelho, em junho o tempo para cada Grupo Municipal teria naturalmente um período mais alargado, para apresentar as suas propostas. É proposta do CDS alteração do *"Município"* para *"Concelho",* de resto submetemos à votação. ----------

---

O senhor **Presidente da Mesa** - Solicitou a esta Assembleia permissão para ouvirmos o senhor Presidente da Câmara, como jurista, sobre este assunto. ----------

---

Nuno Vaz Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal – Referiu que a questão do momento de intervenção do público fica na disponibilidade da Assembleia Municipal que, em Regimento, pode proceder à sua concretização, no momento em que possa ser efetuada. Referiu também que os Regimentos que teve oportunidade de ler referem "*Período antes da Ordem do Dia, Período da Ordem do Dia, Período do Publico"* estando desta forma sempre enquadrada em todos os Regimentos. Quanto à questão do período antes da Ordem do Dia poder sofrer incremento para 120 minutos, isso sim é que é ilegal. O artigo nº 52 da Lei nº75/2013, diz claramente "*que o período antes da Ordem do Dia é no máximo de 60 minutos",* sobre isto não deixa nenhuma dúvida, portanto não há hipótese de alteração, a não ser que se aprove uma regra ilegal. -----
O Regimento é uma questão dos membros da Assembleia, portando deve ser discutido, apreciado e votado, pelos seus membros. ----------
Quanto à questão do registo áudio e vídeo só quer deixar duas notas importantes. Se esse registo for áudio e vídeo, comporta despesa pois têm que ser contratados estes serviços, porque o Município não tem quem os faça, nem equipamento adequado. No entanto deixa nota de que se optarem por colocar o acesso à população do registo, em termos de áudio e as atas, pode colocar-se a questão de qual deles tem mais validade. É importante perceber que, no momento em que a ata é aprovada, torna-se num documento oficial, relativamente ao que foi produzido e deliberado num determinado órgão, e os órgãos colegiais falam pelas atas, somente pelas atas. Os órgãos colegiais não falam de outra maneira, comunicando com os cidadãos e com as Instituições. Portanto é importante que se perceba que depois da aprovação só pode haver a ata, senão corre-se o risco de gerar confusão de qual dos instrumentos tem mais valor. Portanto na sua opinião a produção do que se faça nesta Assembleia, as notas, os

registos áudio e outras matérias têm relevância para a construção das atas, e terão sempre relevância numa perspetiva de verificação e de validação do que consta nas atas.----------

---

Posta à votação a proposta foi votada, ponto por ponto, com o seguinte resultado: ----------

---

Artigo 13, nº2: - 24 votos contra; 2 abstenções e 32 votos a favor; ----------
Artigos 21 a 23: - 39 votos contra; 4 abstenções e 21 votos a favor; ----------
Artigo 26 nº3: - aprovado por unanimidade;----------
Artigo 42 nº3: - 59 votos contra; 2 abstenções e 2 votos a favor;----------
Artigo 42 nº4: - aprovado por unanimidade;----------
Artigo 42 nº5: - aprovado por unanimidade;----------
Artigo 51 nº1: - aprovado por unanimidade.----------

O Senhor **Presidente da Mesa** solicitou à Assembleia autorização para alterar a ordem de trabalhos: O ponto 3 ser discutido antes do ponto 2, em virtude de a Dra. Márcia Teixeira, responsável pelo Relatório da CPCJ, não poder apresentar no período da tarde.----------
A Assembleia autorizou. ----------

---

3 - Relatório da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens. ----------
A Presidente da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens, saudou o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa todos os presentes.----------
Referiu estar nesta reunião como Presidente da Comissão de Proteção a Crianças e Jovens, a convite do senhor Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do Relatório, uma vez que não é membro desta Assembleia, e foi com muito gosto que aceitou o convite para o fazer.----------
Iniciou pela apresentação dos números, realçando, o enorme volume processual da Comissão de Chaves, embora se tenha verificado uma redução em relação ao ano anterior, ou seja 2016. Sendo que em 2016 a Comissão de Chaves trabalhou 225 processos e no ano de 2017, foram 196 processos o que, modéstia à parte, pode significar que a intervenção da CPCJ começa a ser eficaz, significando que o trabalho desenvolvido por esta Comissão começa efetivamente a surtir algum efeito. Destes 196 processos, transitaram do ano passado 85, foram instaurados 92 processos novos, reabertos 19 processos, e veio 1 de uma outra Comissão. ----------
Foram trabalhados e arquivados 15, em fase preliminar, ou porque não tiveram medida, ou porque a denúncia era falsa, ou porque não se justificava a sua intervenção; 117 processos com medida e 1 enviado para outra Comissão, pelo facto de o jovem passar a residir noutro Concelho, o que dá um total de 133 processos.----------
Transitaram para 2018, 63 processos e neste momento, já se encontram abertos23, 19 processos novos e 4 reaberturas. ----------
As entidades que mais sinalizam são a autoridade policial, PSP e GNR que têm muito a ver com o crime de violência doméstica, ou seja, com a exposição das crianças a estes comportamentos, mormente dos progenitores. Seguem-se os estabelecimentos de ensino, devido ao elevado absentismo e abandono escolar. Por fim, os estabelecimentos de saúde, os vizinhos e outros particulares.----------
A medida que a Comissão mais aplica, e temos um leque de medidas que a Lei prevê é a de apoio junto dos pais, privilegiando sempre o acompanhamento em meio natural de vida. ----------

Contudo neste momento, temos 9 crianças institucionalizadas: 2 na Escola de Artes e Ofícios, 3 no Patronato de São José, 2 na Régua,1 em Viana do Castelo, 1 no Via Nova, em Vila Real. Isto porque esta Comissão depende, muitas vezes, das vagas que a Segurança Social, consiga arranjar e outras vezes também porque há jovens que têm necessidade de ser institucionalizados, não sendo conveniente ficarem no meio em que se encontram, pois, a medida não surtiria efeito, dependendo de caso para caso. ----------

A atual Comissão cessa funções em maio, e dela fazem parte, os membros a que legalmente a integram, ou sejam as Entidades que tem obrigatoriedade de estarem representadas na Comissão alargada, sendo que dessa Comissão alargada sai uma Comissão restrita onde têm que estar representados obrigatoriamente o Município, a Segurança Social, a Saúde, a Educação, e o Presidente que é eleito por inerência e estará na Comissão restrita. De seguida a Comissão restrita fará, como fez desde que é Presidente as cooptações de técnicos que se entenda que são essenciais ao funcionamento da Comissão. Neste momento são três, 1 solicitado à Cruz Vermelha, porque se entendeu ser um parceiro importante para esta Comissão, e que enviou um elemento, muito válido. Solicitámos outro ao Hospital, porque tínhamos uma pediatra a Dra. Inês que amavelmente e com trabalho acrescido para ela, pois faz esse trabalho nas horas que não são de serviço, fazendo a articulação da Comissão com o Hospital, sendo uma mais valia. Integra ainda um técnico do Município, pois o Município tem um representante, embora insuficiente. ----------

Todos os dados contidos na parte final deste Relatório estão na plataforma informática desta Comissão, à medida que se trabalham os processos são introduzidos na mesma, sendo importante pois a Comissão Nacional atribui uma verba às Comissões que vêm diretamente para os Municípios, em função do volume processual de cada Comissão, e a atribuição de técnicos é feita da mesma forma. Tendo nós um volume processual elevado, o Ministério da Educação envia o representante a tempo inteiro o que não acontece noutras Comissões pois estão a meio tempo. A Segurança Social em Chaves, também disponibilizou técnico 24 horas, sendo da maior importância este registo dos números, embora para si as estatísticas valem o que valem, o mais conveniente é o trabalhar dos processos, sendo que é importante ter sempre a noção daquilo que se vai fazendo e os meios que temos ao nosso alcance.----------

A parte do Relatório que tem a ver com a logística, e se são assegurados todos os meios necessários ao funcionamento da CPCJ, como instalações, viaturas, computadores, apoio administrativo, têm uma verba específica para o efeito e o Município sempre esteve disponível. ----------

Retratou também as atividades que a Comissão alargada desenvolve, uma vez que tem por função trabalhar a prevenção. ----------

O que é feito na Comissão restrita é sigiloso e, por isso, é convertido nos números que já apresentei. ----------

Ressaltou a necessidade do trabalho em rede com outras instituições, uma maior eficácia na articulação, e obtenção de respostas sociais que ainda não existem. Gostaria de um maior empenho dos parceiros que integram a Comissão alargada, com exceção para as forças de Segurança Policial, PSP e GNR, que têm sido uns parceiros exemplares. ----------

Hoje, com a mutação que a sociedade sofreu, com a falta de autoridade dos pais, com este novo conceito de famílias reconstruídas, o aumento exponencial das queixas por violência doméstica, o absentismo e abandono escolar precoce, o crescente número de abusos sexuais, tudo isto constitui um crescente de problemáticas cada vez com uma mais difícil resolução. ----------

Uma palavra final para informar que me mantenho em funções até ao início do mês de maio, mas que poderão sempre contar comigo, com o saber que fui adquirindo nestes

7 anos, para ajudar na resolução dos problemas das nossas crianças e jovens. Por último solicitou à atual Autarquia que continue a apoiar. ----------

Intervenções:----------

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** - Disse que é muito positivo que as questões dos jovens e menores, e respetivos relatórios sejam apresentadas no inicio e não no final das sessões. De acordo com os dados apresentados é inacreditável que em Portugal existam em 2017, 40 mil crianças em situação muito difícil, multiplicando a população do Município por 200, provavelmente até serão mais. Nós temos cerca de 1/200 da população do País. São números assustadores e preocupantes. Saúda a anterior Câmara Municipal e a atual, pelos apoios e salienta que são necessárias mais respostas. É também necessário que os Hospitais não estejam fechados a este problema, quer no internamento, quer na assistência médica, porque as normas, as estatísticas e os números, não o permitem, devendo estar, por isso, recetivos à sua resolução. Finalmente, quanto aos alertas que ficaram, no seu entender esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, devem trabalhar com eles. Os apoios nacionais, as soluções nacionais, continuam a travar. São tragédias tão profundas que tem que haver outras soluções, não podendo continuar a haver constrangimentos financeiros nesta área, sendo completamente inaceitáveis. Desta Assembleia, terá que sair uma mensagem forte para a próxima Comissão que irá ser renovada, esperando nós que daqui a alguns anos o número de casos baixe de forma significativa. Porque, para a dimensão de crianças e jovens do nosso Concelho, é uma percentagem altíssima, inaceitável num País da União Europeia. ----------

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do **PSD –** Disse que de forma rápida o Grupo Municipal do PSD, sublinha todo o trabalho que as pessoas que compõem esta Comissão de Proteção a Crianças e Jovens em risco de Chaves, nas funções que desempenham e, para não as citar a todas, o seu agradecimento fica na pessoa da sua Presidente que vai cessar mandato, Dra. Márcia Teixeira, que aqui nos brindou com este relatório detalhado daquilo que é importante. Sublinha também o apoio que foi feito pela Câmara Municipal anterior e pela Câmara Municipal atual apoiando o que tem que ser apoiado, sendo que este tipo de trabalho por vezes não é contabilizado nem visto, mas é fundamental, para as famílias e para quem realmente necessita. Deixa aqui o registo de agradecimento a todas as entidades, individualidades, que tem colaborado, colocando, os interesses de outros à frente dos seus próprios interesses

---

João Miranda Rua, do **PSD** - Cumprimentou o senhor Presidente, e na sua pessoa toda a Assembleia. Relativamente à intervenção da Dra. Márcia Teixeira, pessoalmente felicita, está completamente de acordo, pois tem feito acompanhamento de alguns resultados. ----------

Deixa um alerta para algumas situações nomeadamente a informação sobre uma casa de acolhimento para jovens dos 6 aos 18 anos, sob a tutela da Misericórdia de Chaves, cuja capacidade é de 70 jovens, encontrando-se a funcionar com 46 jovens, portanto com menos 30, nesta altura. Fica assim registado que neste momento há capacidade de acolhimento de mais jovens, mesmo em situação de emergência. Mas o acolhimento dos jovens neste caso tem de ser encaminhado através da Segurança Social, Instituição com a qual a Misericórdia de Chaves mantém um Protocolo. Ficou assim o esclarecimento, no sentido da Assembleia Municipal ou Câmara Municipal efetuarem diligências junto da Segurança Social, para que sejam indicados mais jovens para acolhimento, sendo certo que isso se irá refletir no Orçamento da Instituição------

Nuno Vaz Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal – Referiu duas notas: ----------

Nota de agradecimento pela presença da Dra. Márcia, facultando-nos as informações e esclarecimentos ao pormenor deste trabalho e, ao mesmo tempo, felicitou toda a equipa e reconheceu o trabalho meritório que tem sido realizado, muitas vezes de forma silenciosa pela equipa que coordenou, fazendo um trabalho muito importante e relevante. E ao mesmo tempo doloroso, pois as questões que são tratadas na Comissão restrita têm implicações que suscitam para além das questões técnicas, questões de outra natureza. Deixou uma nota de agradecimento, que gostaria que transmitisse em nome do Município a todos os membros da Comissão quer a restrita, quer a alargada, dizendo que valorizamos muito todo o trabalho, esperando que a fasquia continue a ser essa e que efetivamente possamos todos colaborar nesse processo quer em termos Institucionais e na Autarquia, quer nas várias dimensões onde possamos intervir, fazendo também com que a nível nacional estas questões sejam olhadas com outra equidade e mais atenção, porque são questões essenciais, dos novos tempos, das novas famílias, da nova configuração familiar. Pela nossa parte, continuaremos a dar-lhe atenção muito particular. ----------

---------- ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

Foi feito um intervalo para o almoço. Os trabalhos foram retomados às 14H30.

---

2 - Informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara. ----------

---

O senhor **Presidente da Câmara -** Referiu que, se concordarem com esta forma de apresentação, como tem vindo a ser feito desde o passado, e daquilo que é a atividade do Presidente da Câmara nos termos regulamentares, a informação foi apresentada previamente e por escrito, estando disponível para esclarecimentos. ----------

---

Intervenções:----------

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** - Referiu que depois de lida a informação, considera que a mesma é curta, telegráfica, e não acrescenta nada, exceto questões factuais. Recordou que o senhor Presidente da Câmara quando era deputado municipal, insistiu nesta tecla e, tal como o Presidente da Câmara anterior, ele agora vai dizendo que vai corrigir, modificar, mas não modifica, resultando numa confusão. E a primeira confusão é porque a informação do Presidente da Câmara, tem chegando sempre em cima da hora, quando praticamente a totalidade do que nela vem escrito, pode estar definido dias antes, e não é distribuída com a documentação habitual, sabendo bem que há prazos e que devem ser respeitados. ----------

Coloca duas questões: ----------

Qual o sentido das negociações com as Águas de Trás-os-Montes? ----------

Qual é o ponto de situação sobre a divida à mesma Empresa e quais são as perspetivas futuras?----------

Referindo-se à intervenção de um deputado do PS, Manuel António Pires de Almeida, entende que este assunto tem muitas componentes que é necessário não esquecer, pois existem aspetos que não conjugam. ----------

Segunda questão, o senhor Presidente reuniu com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar, tendo prestado aqui já alguma informação a propósito da intervenção do Deputado Francisco Taveira. Não se pode estar mais um ano à espera do que são as evidencias, não se pode estar só a ganhar tempo, é necessário referir uma coisa: o processo de degradação do Hospital mantém-se. ----------

A CDU disse sempre que isso não depende no essencial do Conselho de Administração, depende das politicas do Ministério da Saúde, dependeu do anterior governo como depende deste. ----------
Se se recordam da intervenção da CDU, ao contrário do PSD, nunca foi muito pela questão do Conselho de Administração, pois conhecemos como se faz e sabemos que os Conselhos de Administração atuais, não dizem nada que não seja a voz do dono. Gostaria que o senhor Presidente da Câmara aprofundasse mais um pouco, em relação a esse assunto. ----------
Solicitou uma pequena exceção de 30 segundos para referir um aspeto que não referiu há pouco, aquando da intervenção da Dra. Márcia Teixeira, que se prende com o facto de os problemas das crianças do Concelho terem a ver com as famílias reconstituídas, com o desemprego e com a emigração que a Dra. Márcia Teixeira referiu. Mas não foi o que ela disse, mais sim sobre o que o senhor Presidente da Câmara inadvertida ou descuidadamente subscreveu. Gostaria que ficasse registado que na opinião da CDU, os problemas das crianças neste Concelho e no País dependem da reconstituição das famílias, em apenas 1%, ou 2%. O resto depende de miséria, de precaridade no trabalho e da emigração.----------
---

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do **PSD** – Disse que relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, informação sobre a Atividade Municipal, iria referir apenas duas ou três situações. Para além da falta de pormenor na informação, que parece ser já uma imagem de marca, falta também a informação sobre os processos judiciais da Câmara. Relativamente à informação financeira, falta a assinatura do titular do cargo politico. Quanto à atividade relevante do senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, faltam aqui algumas questões que queria colocar: ----------
No que diz respeito à reunião do dia 22 de fevereiro sobre a saúde, que o senhor Presidente já explicou, no período antes da Ordem do Dia, as temáticas relacionadas com esta matéria, mas gostaríamos se fosse possível com maior detalhe.----------
Depois centrarmo-nos no mês de fevereiro na reunião do dia um - Assembleia Geral da Flavifomento na sede do Município, destinada a aprovar os respetivos Órgãos Sociais. Quem são esses Órgãos Sociais? ----------
Na reunião de 8 de fevereiro - Audiência com o senhor Ministro da Administração Interna Dr. Eduardo Cabrita em Lisboa, cujo tema central foram os incêndios florestais. Se nos pudesse detalhar mais um pouco acerca desta reunião, até porque, foi referida na imprensa, sendo capa de jornal de hoje “Autarcas em choque frontal com o Governo”. ----------
E ainda na reunião de 20 de fevereiro com a UTAD - Qual é a estratégica territorial que a UTAD, terá para o nosso Concelho ou não terá, uma vez que esta matéria ao longo dos anos foi, por sucessivos executivos municipais, tratada. O Pólo da UTAD esteve em Chaves, na altura foi dito que não avançava mais pelo facto da existência de uma Universidade Privada, tendo a Universidade Privada encerrado, a UTAD também foi encerrando os seus cursos. Solicitamos esclarecimento sobre estas matérias. ---------
----- ----------

O senhor **Presidente da Câmara -** respondeu às questões colocadas. ----------
No que respeita à intervenção do deputado Manuel Cunha percebe a estratégia, assumindo alguma relevância na critica, tem que reconhecer pelo menos uma coisa -

a informação que foi disponibilizada tem mais conteúdo do que continha a distribuída no passado. Sendo que no passado a única informação que havia, era o registo do dia e do facto, somente. Hoje a informação contida já faz referência ao tema de discussão ao objeto dessa reunião, sendo seu entender que houve evolução, contrariamente também ao que foi afirmado pelo deputado Nelson Montalvão. Convida-os, para o efeito, a consultar a informação distribuída há 6 ou 7 meses e comparar. Das reuniões não faz atas, pois o que a Lei diz é que informe esta Assembleia dos assuntos mais importantes e motivação dos mesmos.----------

É seu entender que se pode melhorar a informação, e reconhece que a informação deveria ter chegado mais cedo. No que respeita á falta de assinatura é verdade, mas não lhe foi possível estar presente para o fazer. Existiam dois ou três assuntos que queria abordar e que fizessem parte da informação a apresentar a esta Assembleia Municipal. ----------

Um diz respeito à reunião de segunda feira, com o Conselho Diretivo da Associação Nacional dos Municípios, sendo esta uma das questões que aqui me poderiam colocar. Embora não tenhamos presença, no Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios, fomos convidados para essa discussão. Deixou compromisso de melhorar a informação, no entanto há que reconhecer que houve uma evolução favorável da informação prestada, sobre os temas que foram abordados.----------

Quanto à questão da reunião com o Conselho de Administração das Águas do Norte, não trouxe nenhuma informação, pois o processo ainda não está fechado. O que está em discussão, e em abono da verdade é um processo que transitou do anterior executivo, estando neste momento em discussão a possibilidade de celebrar acordo com as Águas do Norte, relativamente aquilo que é o valor das dividas que o Município tem com esta empresa, sabendo todos que é um valor muito relevante. Fora dessa discussão e dessa negociação estão as dividas das faturas relativas aquilo que são os mínimos pelo consumo de água ou de saneamento, ficando essa questão de fora seguindo o seu processo de contencioso e aguardando pelo que os tribunais possam pronunciar sobre a matéria, porque é uma questão um pouco complexa e relativamente à qual esta Assembleia Municipal concordou no passado. Concordou relativamente à estratégia, no sentido de se poder continuar a discutir e é o que se vai fazer no futuro, sendo que os argumentos que já estão contidos nesses processos de contencioso e que não vale a pena introduzir nenhuma inovação, a discussão já aconteceu aguardando as decisões. Relativamente a um outro valor, esse sim que é mais substancial, mais relevante, estamos a tentar negociação que passa por duas ideias base: ----------

O reconhecimento de créditos que a Câmara Municipal está a reclamar e ao mesmo tempo nos possam perdoar juros de mora que porventura tenhamos que pagar, portanto as negociações estão nesses termos. ----------

Sendo verdade que saíram no Orçamento Geral do Estado para 2018, normas que permitem acomodar soluções desta natureza, ligeiramente diferentes da Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2017, existem dois artigos respetivamente artigo nº83 e nº85 da Lei do Orçamento Geral do Estado, que gostaríamos que ver enquadrados. ----------

Da recolha da informação que fomos efetuando da Direção Geral de Finanças, o artigo que nos seria mais favorável não é aplicável à situação de Chaves, porque o Município

é concessionário e não concedente. Pelos vistos o artigo nº 85, foi pensado para os Municípios que concederam a gestão da água em baixa, designadamente o Município de Barcelos, portanto para nós a norma não é aplicável, sendo que o nosso Município terá que aplicar o Artigo nº 83, só que a aplicação deste artigo está dependente de publicação de Decreto-Lei que neste momento está em construção. Neste momento o Município não pode encerrar essa discussão, porque? Porque existem aspetos relevantes da solução contratual que ainda não estão clarificados. É suposto que esse Decreto-Lei, concretize alguns aspetos, designadamente de elaboração de minuta de acordo com os aspetos mais relevantes e sobretudo que se encontre solução para efetuar um acordo a 25 anos e quem financia depois as obrigações dos Municípios, será a questão central, que está neste momento em discussão e tem sido uma discussão serena, por parte das Águas, tendo havido uma grande abertura, da nossa parte pois queremos não só que as questões de natureza financeira fiquem salvaguardadas, mas também os compromissos assumidos no contrato de concessão e nos contratos de abastecimento possam ser cumpridos, porque existem questões financeiras e questões operacionais que têm que ser resolvidas, havendo ainda algumas divergências. É um processo que provavelmente nós traremos à Assembleia Municipal do mês de abril, porque está dependente das questões de concretização normativa.----------

No que respeita à saúde, há uma coisa que nós não podemos fazer. No compromisso autárquico do PS, nunca se referiu que na saúde havia objetivo concreto e que íamos conseguir alcançar esse objetivo. O que dizemos hoje e o que dissemos anteriormente, quanto ao nosso compromisso, é com a afirmação, com o reforço da capacidade de resposta das Instituições de Saúde, todas elas, Cuidados Primários, Secundários, Diferenciados e os Continuados, que infelizmente perdemos. De uma forma transversal, também estaremos comprometidos, e preocupados com a questão da saúde ao nível Hospitalar, onde gostaríamos que a acessibilidade fosse melhor, os tempos médios de resposta fossem mais elevados; a urgência medico cirúrgica tivesse mais capacidade, mais especialidades. Igualmente no que respeita à consulta externa houvesse outra capacidade de resposta; que houvesse algum reforço no que respeita a equipamentos, mas também alguns recursos humanos, não podendo esquecer que nos últimos dois anos vieram mais 25 enfermeiros, mais 3 médicos pediatras, mais 3 médicos cirurgiões e 1 farmacêutica. Tudo isto são dados objetivos, assim como a aquisição de novo equipamento de radiologia digital, aberta a consulta de imunologia, autoimunes e paliativos; resolvido o problema da falta de anestesistas no serviço de bloco operatório do serviço de urgência; criação de serviço de transporte de doentes inter-hospitalar; aquisição de vários equipamentos para os diferentes serviços; autorização do contrato para o bloco operatório e construção de novas instalações para o INEM da SIB. Tudo isto são questões relevantes, mas a verdade, é que a nossa ambição é maior e temos que ser a voz do protesto. É seu entender que há várias fases do protesto e se nós queremos ser respeitados, negociar de boa fé, discutir com os nossos parceiros, designadamente com o Centro Hospitalar, com a Administração Regional de Saúde, com o Ministério, temos que estar de boa fé, não podemos partir pelo fim. Pois podemos fazer um grande protesto, uma grande mobilização trazendo toda a gente para a rua, mas a consequência pratica é zero. Poderá fazer-se o reforço

do "*ego",* demonstrar a capacidade de mobilização do PCP, mas nós na realidade queremos concretizar mais, fazer mais e que possa ser objetivável. ----------
Outro aspeto importante a termos em conta é o esforço, que nunca foi referido nesta Casa, que o Hospital tem feito, enquanto organismo com grandes responsabilidades. Os médicos, os enfermeiros, os assistentes operacionais e os assistentes administrativos têm uma grande importância, e são uma capacidade interna de fazer mais e fazer melhor, não podendo nem devendo assistir sempre a esta visão negativista. ----------
Lançou, então o desafio de empreendermos essa ação de negociação com outra visão, pois, pode haver equipamentos, instalações, tecnologia e recursos humanos, mas se os recursos humanos não forem bem geridos, bem organizados não se consegue nunca fazer nada, porque a dimensão mais difícil da gestão não é a financeira, não é a patrimonial, é sim a gestão de recursos humanos, sendo também a mais difícil para a obtenção de efeitos positivos. As falhas de gestão do Centro Hospitalar são também falhas da grande maioria das Direções Clinicas e dos Serviços, como responsáveis operativos. Uma coisa é gestão financeira e administrativa de topo, e outra é a gestão operacional clinica e dos vários serviços.----------
Em resposta às questões colocadas pelo deputado Municipal Nelson Montalvão, disse que a informação disponibilizada é muito mais abrangente do que a informação anteriormente facultada. Se há aqui alguém que nos habituou a informação restritiva, foram os anteriores que estiveram no poder 16 anos, em que assistimos à falta de informação e ao sistemático cerceamento da mesma. ----------
Quanto à constituição dos Órgãos Sociais das várias Associações em que o Município de Chaves tem importância e representação relevantes, aqui fica nesta Assembleia a informação desenvolvida, abrangendo a designação dos cargos e o nome das pessoas que fazem parte dos Órgãos. ----------
CIM do Alto Tâmega ----------
- Presidente da Assembleia Intermunicipal – Anselmo José Martins – membro da mesa da Assembleia Municipal de Chaves;----------
- Vice-Presidente – Carlos Alberto Mendes Ferreira – Município de Boticas;----------
- Secretário – Bruno Jorge Fonseca Fontoura Guedes – Município de Valpaços;--------
Do Conselho Intermunicipal fazem parte todos os Presidentes de Câmara, sendo que neste momento preside o Presidente da Câmara Municipal de Boticas – Fernando Queiroga, sendo este cargo rotativo; e os restantes são vice-presidentes; ----------
O secretariado executivo desta CIM, ----------
- 1º secretario – Ramiro Manuel Morreira Gonçalves; ----------
- 2º secretário – Mário Romeu Gonçalves Mendes;----------
- 3º secretario – José Alberto Cancelinha.----------
Associação Flavifomento (tem na sua constituição dois associados, Município de Chaves, ACISAT) ----------
- Presidente da Assembleia Geral – André Freande Lopes - ACISAT; ----------
- Vice-Presidente – Tiago José da Mata Morais Caldas- Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Chaves;----------
- Secretario – Elvira Maria da Silva Aguiar Rodrigues, funcionaria da Câmara Municipal de Chaves; ----------
Conselho Fiscal - Luís Manuel Areias Fontes - Deputado Municipal;----------

- Vogal – José Miguel Machado Lage – ACISAT;----------
- Vogal – José Augusto Lopes Frederico Bento – ACISAT; ----------
Direção – Nuno Vaz Ribeiro- Presidente da Câmara Municipal de Chaves; ----------
- Vogal – Jorge Paulo Alves Santos- Presidente da ACISAT; ----------
- Vogal – Rogério Alberto Amorim Morais Moura – Deputado Municipal. ----------
Sobre esta Associação referiu que o que se fez foi mudar os órgãos sociais, e com esta mudança ter conhecimento do funcionamento da mesma, tais como: que plano de atividade teve; que ações relevantes desenvolveu; que atividades foram concretizadas; que receitas e despesas teve; e depois daremos conhecimento a esta Assembleia:----
Associação Procentro ----------
- Presidente da Assembleia Geral – André Freande Lopes – ACISAT; ----------
- Vice-Presidente – Tiago José da Mata Morais Caldas- Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Chaves;----------
Associação Promotora de Ensino de Enfermagem de Chaves (Escola de Enfermagem) ----------
- Presidente da Assembleia Geral – João Avelino Ronha Rodrigues de Carvalho – Presidente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena; ----------
- Vogal – Fernando Eirão Queiroga – Presidente da Câmara Municipal de Boticas;-----
- Secretário – António Alberto Pires Aguiar Machado – Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar ----------
Conselho Diretivo ----------
- Presidente – Nuno Vaz Ribeiro – Presidente da Câmara Municipal de Chaves; --------
- Vogal – Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida – Presidente da Câmara Municipal de Valpaços;----------
- Secretário – Manuel Orlando Fernando Alves – Presidente da Câmara Municipal de Montalegre.----------
Conselho Fiscal – ----------
Presidente - Fernando Eirão Queiroga – Presidente da Câmara Municipal de Boticas;
- Vogal - João Avelino Ronha Rodrigues de Carvalho – Presidente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena----------
- Secretario – João Miranda. ----------
Gestão de Equipamentos do Município de Chaves ----------
- Presidente da Assembleia – Francisco António Chaves Melo; ----------
- Vice-presidente - Tiago José da Mata Morais Caldas- Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Chaves; ----------
- Secretario – Elvira Maria da Silva Aguiar Rodrigues, funcionaria da Câmara Municipal de Chaves; ----------
Conselho de Administração – Nuno Vaz Ribeiro – Presidente da Câmara Municipal de Chaves; ----------
- Vogal – Fátima Liliana Fontes Correia Pinto; ----------
- Luís Manuel Areias Fontes.----------
Referiu ainda que há duas questões relacionadas, uma com a Associação Flavifomento e a outra com a Escola Promotora de Ensino de Enfermagem de Chaves. Quando houver informação relevante trá-la-emos a esta Assembleia, na lógica de que é participada pelo Município. São duas questões relevantes de índole financeira complexas. ----------

No que respeita à UTAD, é do conhecimento de todos que não temos nenhum compromisso com o ensino superior, não fazendo parte da nossa proposta autárquica, mas é nosso entendimento e está a ser feita discussão intensa no âmbito da CIM, de que se trata de uma questão muito relevante, sendo assumida como um estrangulamento ao nível do desenvolvimento regional e local. É reconhecido que a maior causa de estrangulamento tem a ver com a falta de conhecimento e sua incorporação no tecido produtivo, pois não existe ensino superior público em Chaves, temos sim, mas é ensino superior privado ligado apenas ao ensino de enfermagem. Será vantajosa a discussão sobre este problema e é o que os Municípios do Alto Tâmega querem assumir relativamente a este dossier, sendo que a questão do ensino superior não pode ser só de Chaves, mas tem que ser do Alto Tâmega, porque se for limitada a discussão a Chaves, com certeza que não se terá capacidade suficiente, nem relevância no contexto da afirmação desta proposta a nível do ensino superior, quanto à decisão ao nível de ministério. Gostaríamos de desenvolver este processo de forma comprometida que passaria não só pelos Municípios vizinhos, mas também eventualmente pelo envolvimento dos Municípios Galegos, para a construção de uma solução diferente daquela que está desenhada no território é um processo ambicioso, difícil que teve o seu inicio numa reunião, com o Reitor da UTAD, conversa essa que não foi feita apenas pelo Presidente de Câmara, a audiência foi solicitada pelo Presidente da CIM. Nessa reunião quis perceber-se qual a estratégia que a UTAD tem, a nível do ensino superior para o território.----------

Ou seja, se na sua perspetiva achava que toda esta região do Alto Tâmega e também parte da região Galega, poderiam ter resposta especifica neste âmbito. Se estava a pensar se eventualmente tinha previsto outro tipo de presença? E se sim em que formato e para quando?----------

Sendo a resposta de que não tem nenhum pensamento nem nenhuma ideia, claramente, este assunto tornou-se um processo fechado. O ensino superior em Chaves para a UTAD, não terá nunca a predisposição necessária, tendo mesmo referido o responsável que se trata de um processo de coesão de território e, como tal, já efetuara acordos com a Universidade de Minho, Universidade do Porto, para a constituição da Universidade do Norte. Por esta via ficou-se ciente de qual é o papel que a UTAD tem para apresentar e, na nossa perspetiva, o assunto está encerrado. Efetuou-se outra deslocação ao IPB de Bragança para entender o que tem previsto para o futuro, em termos de estratégia, e para sabermos se temos possibilidade de sermos parceiros neste processo ou não. É este diagnostico essencial para comunicação da verdade aos membros desta Assembleia e população, do que se está a passar em relação a este assunto. ----------

No que diz respeito à informação dos processos pendentes em tribunal, de facto falta aqui esse elemento, comprometendo-se ao seu envio para os vários representantes dos Grupos Municipais. Referiu que, quanto a este assunto, a situação é problemática e os riscos que advêm desses processos podem ser relevantes, existindo já um processo de 580 mil euros a descontar à caução, tendo que contar com um risco crescente da questão resultante das expropriações. Entende que esta é a ultima decisão das parcelas do Programa Pólis, mas podem vir a seguir as questões relativas às expropriações do Museu Nadir Afonso e da zona envolvente. Existe grau de risco

com base nos pedidos formulados pelos expropriados que será avaliado no processo de auditora que irá ser feito. ----------
Nesta altura o senhor **Presidente da Assembleia** informou que as duas moções que se seguem poderão ser apresentadas pelo senhor **Presidente da Câmara** se assim o entender uma vez que provêm deste Órgão. ----------
--- ----------

4 - Moção - Repúdio pelo Aumento de Portagens na A24. ----------
---- ----------

"MOÇÃO ----------
REPÚDIO PELO AUMENTO DE PORTAGENS NA A24 ----------
Tendo em consideração que: ----------

- *A construção de autoestradas através de empresas concessionárias em regime de SCUT, surgiu com o objetivo de acelerar a execução do plano rodoviário nacional;*
- *A não cobrança de taxas de portagens nas autoestradas em regime de SCUT foi sempre justificada com a necessidade de compensar as regiões do interior do país com medidas de discriminação positiva face às evidentes desigualdades e assimetrias regionais existentes; ----------*
- *A A24 é uma autoestrada que serve o interior do país, onde o poder de compra dos cidadãos é baixo e onde as alternativas rodoviárias não garantem segurança. Esta via, com uma distância de cerca de 160 quilómetros entre Chaves e Viseu, demora a percorrer 1 hora e 45 minutos, enquanto o mesmo percurso pela N2, com uma distância de 170 quilómetros, demora quase 4 horas; ---------- ----------*
- *A introdução de portagens na A24, que liga Chaves a Viseu, agravou as dificuldades sociais e económicas das populações, já de si fortemente penalizadas pelos custos da interioridade; ----------*
- *Apesar da introdução de portagens com custo para os utilizadores, a empresa concessionária tem vindo a diminuir os níveis de segurança, como por exemplo o corte da iluminação dos nós; ----------*
- *O custo por quilómetro na A24 é o mais caro do país, sendo esta situação absolutamente incompreensível; ----------*
- *É, ainda, mais incompreensível o aumento das portagens na A24 enquanto o custo por quilómetro não estiver harmonizado no país. A deslocação Chaves- Vila Real – Chaves vai custar em 2018 mais € 0,30; ----------*
- *Nos últimos anos temos assistido à desqualificação de serviços públicos no Alto Tâmega, obrigando cada vez mais pessoas a ir fora da região para obterem serviços de saúde e de justiça, o que torna o custo de vida das populações do Alto Tâmega mais caro. ----------*
- *O contrato de confiança assumido com as populações menos desenvolvidas, para favorecer a acessibilidade territorial, não podia, nem devia ser alterado enquanto os indicadores de desenvolvimento socioeconómico forem inferiores à média nacional; ----------*

Pelos considerandos expostos, a Câmara Municipal de Chaves, reunida a 11 de janeiro de 2018, delibera: ----------
1. Apresentar ao Governo da República um veemente repúdio pelo aumento das portagens na A24; ----------

2. Solicitar ao Governo da República a redução imediata do custo das portagens na A24, ao invés do seu aumento; ----------

3. Solicitar ao Governo da República que obrigue a concessionária a: ----------

a. Repor a iluminação nos nós da A24 para se garantir segurança aos utentes; -

b. Aumentar os meios de segurança de circulação rodoviária, nomeadamente, limpa neves; ----------

c. Colocar painéis de informação; ----------

d. Garantir serviços de assistência de nível idêntico às outras autoestradas do país; ----------

4. Enviar a presente Moção para: ----------

a. O senhor Primeiro-Ministro; ----------

b. O senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas; ----------

c. Os Grupos Parlamentares da Assembleia da República; ----------

d. A Assembleia Municipal de Chaves; ----------

e. Os órgãos da CIM do Alto Tâmega; ----------

f. Todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Alto Tâmega. ----------

Paços do Concelho, 11 de janeiro de 2018 ----------

Os Vereadores do PSD ----------

António Cândido Monteiro Cabeleira ----------

Carlos Augusto Castanheira Penas ----------

Anexo: Custo da portagem na A24 nos anos 2017 e 2018 ----------

2017 ----------

***Sublanço Taxa de Portagem (€) Classe 1 |Classe 2 |Classe 3 |Classe 4*----------**

Chaves Zona Industrial Chaves-Chaves (9 Km) 0,60 | 1,10 |1,40 |1,60 ----------

Chaves - EN103 (8 Km) 0,50 |0,90 |1,20 |1,30 ----------

EN103 - Vidago – (8 Km) 0,55 |0,95 |1,20 |1,35 ----------

Vidago - Pedras Salgadas – (9 Km) 0,60 |1,10 |1,40 |1,55 ----------

Pedras Salgadas - IP3/ IC5 – (12 Km) 0,80 |1,45 |1,85 |2,00 ----------

IP3/ IC5 - Vila Pouca de Aguiar - Fortunho – (22 Km) 1,45 |2,60 |3,35 |3,70 ----------

Custo Chaves – Vila Real - € 3,90 (classe 1) ----------

2018 ----------

***Sublanço Taxa de Portagem (€) Classe 1 |Classe 2 |Classe 3 |Classe 4*----------**

Chaves Zona Industrial Chaves-Chaves - 0,60 |1,15 |1,40 |1,60----------

Chaves - EN103 - 0,55 |0,95 |1,20 |1,35 ----------

EN103 – Vidago - 0,55 |0,95 |1,25 |1,35 ----------

Vidago - Pedras Salgadas - 0,65 |1,10 |1,45 !1,60 ----------

Pedras Salgadas - IP3/ IC5 - 0,80 1,45 1,85 2,05 ----------

IP3/ IC5 - Vila Pouca de Aguiar Vila Pouca de Aguiar - Fortunho - 1,50 2,65 3,35 3,8 --

Custo Chaves – Vila Real – € 4,05 (classe 1)" ----------

Intervenções:----------

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, do **PS** – Considera esta moção idêntica a outras já aqui apresentadas no que respeita ao teor e aos considerandos, sobre as portagens da A24. É seu entender que as moções não são demais, mas fica sempre uma sensação de alguma impotência, porque são apresentadas aqui moções, mas quem tem o poder de decisão está em Lisboa. É importante reivindicar uma vez que o valor das portagens na A24 são as mais elevadas do país, a questão é que o aumento

das portagens não é acompanhado dos limpa neves, da sinalização de informação inexistente nesta autoestrada, iluminação dos nós de acesso e das condições de segurança. Mas apesar do protesto e das recomendações serem importantes, sendo que o protesto nesta área e noutras têm que aumentar de tom, mas como já disse, Lisboa é que tem o poder de decisão. Também devem ser discutidas noutros Fóruns. É do seu conhecimento que a Camara Municipal tem trabalhado neste e noutros assuntos de importância crucial para o nosso Concelho, temos que aguardar pelos resultados. Estamos a 4 meses no Executivo, não estamos há 16 anos. Mas também convém lembrar a historia das portagens da A24. Em 2010 (as scuts tiveram inicio com o Eng. Guterres), o PSD na altura na oposição, exigiu ao então governo do PS que só aprovaria o Orçamento se houvesse introdução de portagens nas ex scuts e o PS cedeu, é um facto. A seguir se bem se lembram o Ministro Eduardo Catroga exerceu pressão para introdução de portagens nas ex scuts acabando com a descriminação positiva que o governo do PS tinha conseguido, relativamente ao Concelho de Chaves e outros, servidos pelas ex scuts, mantendo alguns descontos e isenções pelo fator da interioridade. Com a entrada do Primeiro Ministro do PSD querendo ir alem da troica, acabou com essas isenções. Em agosto de 2016 houve um desconto de 15% para as ex scuts, no entanto agora querem introduzir um aumento de 30 cêntimos. É obvio que o grupo municipal do PS é contra esta medida, sendo já a A24, a mais cara do país. Desde sempre quem fez deste assunto um cavalo de batalha foi a direita sendo importante aqui relembrar, mas por uma questão de justiça, de coerência e de coesão territorial, o Grupo Municipal do PS vota a favor desta moção. ----------

---

Alexandre Manuel Afonso Queirós Medeiros, do **PSD** - Saudou o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores e senhora vereadores, restantes membros da Assembleia Municipal e cidadãos presentes. Disse que naturalmente o Grupo Municipal do PSD subscreve na íntegra a moção apresentada pelos senhores vereadores do PSD e que na reunião da Câmara Municipal foi sancionada por unanimidade. Contudo fazemo-lo com quase a certeza de que uma vez mais, pese embora dirigida ao senhor Primeiro Ministro, e ainda que fosse dirigida a todas as demais pessoas e instituições que os senhores vereadores do PSD sugeriram, o assunto tenderá fatalmente a morrer por aqui. Já não é a primeira vez e por este andar não será a ultima, que a respeito de decisões tomadas pelo poder central evidentemente prejudiciais dos legítimos interesses da nossa região e de outras como a nossa, se propõem moções, organização de excursões e manifestações, sendo certo que acontece sempre o mesmo, não dão em nada. Recordo aqui dois factos recentes que são relativos ao Hospital e ao Tribunal, houve moções, manifestações, excursões, diligencias bondosas, dos nossos autarcas, dos nossos deputados, pergunto para que? Se no final estas instituições ficarem diluídas noutras e desqualificadas tal como no inicio já todos sabíamos que íamos ficar. É testemunha da quantidade de pessoas que todos os dias que todos os dias utilizam a A24 par se dirigirem para o seu trabalho, sendo que num mês de quatro semanas o custo das idas e das vindas para Vila Real, tomando o meu caso como exemplo, perfaz um valor de 160 euros, uma barbaridade sabendo nós os vencimentos que temos. E usando a A24, nas horas que supostamente seriam as mais criticas antes das nove e até as nove, depois das 17 horas, há meia dúzia de carros a circular, sendo evidente que a maioria das pessoas que trabalham no alinhamento da A24, agora com o túnel do Marão são quase todas, pois é uma opção válida de caminho para o Porto, optando pelo uso da Estrada Nacional 2. Como é evidente neste caso, ao contrario dos que referi anteriormente, não nos retiraram a infraestrutura, mas tornaram-na inacessível por via da tributação. A estes casos crónicos juntam-se as deslocações pontuais de muitos dos nossos cidadãos que têm que usufruir de serviços que aos poucos nos vão sendo retirados, por razões materiais custos financeiros ou

por razões imateriais a longo prazo, o cansaço, a família e outras razões sendo levadas as pessoas a considerar no futuro a possibilidade de se estabelecerem noutras paragens. Porque ser flaviense é muito bonito, mas nestas condições crescentes é muito caro. Por outro lado, representa um elevado custo de produção, repercutindo-se a todos os níveis nas relações da nossa região no tecido empresarial e do nosso tecido empresarial com outros concelhos, outras regiões, sendo que o problema não reside só no incómodo pessoal de pagamento da taxa, o que não agrada a ninguém. Ninguém está interessado num Concelho que não assegura às pessoas o acesso ao ensino, cuidados de saúde, à justiça, e no nosso caso a uma avia de acesso terrestre e a custos aceitáveis. É do conhecimento de todos e com este aspeto todos concordamos, que os problemas dos Concelhos como o nosso dizem respeito à demografia, ao envelhecimento da população, e à diminuição da população. Coloca a questão: qual terá sido o efeito multiplicador que o poder central entreviu no aumento da taxa de portagem? Será que foi o mesmo efeito duplicador que viu no encerramento ou na desqualificação de serviços públicos essenciais? Ou será que a medida se insere nalguma estratégia mais vasta e complexa que nós talvez por sermos muito pequeninos, não conseguimos perceber. E nessa estratégia que significado terá num ano as portagens serem gratuitas, noutro ano alguns pagarem as portagens, noutro toda a gente pagar a portagem, na seguinte redução do custo da portagem, a seguir no outro reposição do custo que estava. Qual será o significado de tudo isto em termos estratégicos, em termos de governos que têm uma visão para o país e para as regiões. Aqui é muito pequenino e não se entende. Em boa verdade a sensação que fica a todos nós, sendo este assunto abordado por pessoas de todos os quadrantes é que verdadeiramente o poder central não quer saber destas questões para nada, pelo menos é o que sente. Age por razões conjunturais prendendo-se sempre com a costumada engenharia financeira. Somando tudo isto, temos uma evidente crise de representatividade desde sempre, sendo que de 4 em 4 anos pelo menos elegemos deputados para a Assembleia da República, que não têm poder de influência nenhum. Ao fazer referência a este assunto não quer, no entanto, dizer mal deles quer sim referir o sistema, porque se elevam a voz para defender com firmeza e determinação os legítimos interesses dos representados, correm o sério risco de afastamento ou de substituição por outros que não reivindiquem. Restam os autarcas a quem todos nós aplaudimos, confrontados com os factos consumados a que não se podem opor só nos resta senão propor umas moções de ativo repudio, organização de manifestações, excursões, sendo certo que no final continuamos a pagar a portagem. A experiência ajuda-nos a suspeitar que este documento vai acabar no armário de arquivo de Lisboa. O Grupo Municipal do PSD subscreve e apoia na íntegra e incondicionalmente a iniciativa relacionada com assuntos desta natureza e sempre o fará. ----------
---

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** - Disse que já falou aqui, e que acha espantoso como é que os membros do PS ou do PSD, eleitos por esses partidos, depois com todo o à vontade, quando os seus partidos são governo, os seus deputados estão na Assembleia e tomam decisões, não é nada com eles. Coloca a questão: então que achamos das decisões análogas a estas que são tomadas e que prejudicam uma a uma todas as regiões do interior, nos tribunais, na saúde, nas portagens. Relativamente à intervenção anterior do deputado Alexandre Medeiros, que as manifestações não dão resultado, acreditem que se não fosse a grande manifestação em defesa da urgência médico cirúrgica, esta tinha fechado, não tenham a mínima duvida. Quem pensa e quem menospreza as manifestações de força que têm lugar a diversos níveis, está enganado ao pensar que a pressão da rua não tem influência. Refere as pressões exercidas sobre alguns tribunais que resultaram em alguns retrocessos posteriores. Recorda que o PCP já com esta Assembleia da Republica, apresentou uma proposta de eliminação das portagens das scuts e PSD e PS juntaram-

se para fazer contraponto, quando havia a possibilidade de a referida proposta ser viabilizada. Não se consegue entender como se faz um discurso como se houvesse um PSD de Chaves, de Boticas, etc, sendo que a seguir pegam nas bandeiras para formação de governo e maiorias, e pergunta onde está a coerência como transmontanos. O PCP, a CDU desde há longos anos fez todo o esforço, desde a dinamização de comissões contra as portagens, de colocação de pessoas na rua, nas Assembleias Municipais, na Assembleia da Republica, quando havia até condições de aprovação de todas as iniciativas para a resolução dos problemas. Deixa aqui um desafio, de que quanto mais alargado for o âmbito, quanto mais comum for a posição, se se juntarem todos os municípios que têm scuts, fazendo uma iniciativa nacional, podem ter a certeza de que essa iniciativa tem o seu peso. Resolve tudo? Não sabe. Mas condiciona a Assembleia da Republica e o Governo na tomada de decisões. À medida que vão esvaziando os hospitais, a justiça, a UTAD, o que há-de ficar senão despovoamento do território. Depois admiram-se que haja incêndios e consequente destruição. O Grupo Municipal da CDU, vota favoravelmente esta proposta não deixando de reafirmar a contradição do PS e do PSD, que invocam que quem esteve no poder não são eles, não foram eles que tomaram as decisões, e lança um desafio de alargamento às outras Assembleias Municipais, aos Partidos, aos Sindicatos, às associações de Bombeiros, para que a voz que se ouve contra as portagens seja sim uma voz firme e não uma razão de conflito na Câmara, ou na Assembleia. ----------

---

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do **PSD** - Referiu que a figura que invocou do Regimento foi em defesa da bancada do PSD, para referir apenas três coisas muito sucintas. Da intervenção do membro do Grupo Municipal do PS, parece que tudo o que é bom sobre esta matéria foi o PS que fez; e tudo o que é mau foi o PSD. Não concordarmos minimamente com isso, senhor deputado. Da intervenção do deputado do Grupo municipal da CDU, sobre esta matéria referiu que na Assembleia da Republica o PS e o PSD se juntaram para reprovação da proposta de eliminação das portagens apresentada pelo PCP. Não me parece que seja assim, já uma vez lhe disse que o discurso do PCP, foi tempo de o ter não agora, porque agora é um dos partidos que suporta o governo do PS, não se pode querer as medidas boas que o governo toma e de que o PCP é responsável, e as más não as assume. Recorda só para terminar e sobre esta matéria que o PSD de Chaves sempre teve a mesma postura, as posições dos dirigentes do PSD, quer a nível da Câmara quer a nível desta Assembleia, quer ao nível das Juntas de Freguesia, sempre foram as mesmas nesta matéria, como noutras que aqui foram faladas, a justiça, a saúde, sendo entendimento do PSD que não se deve politizar, nem partidarizar, esta situação. Recorda que o PSD apresentou em 2 de junho de 2004, no governo do Dr. Durão Barroso, uma moção contra o pagamento de portagens no território do nosso Concelho. A partir daí apresentámos muitas, algumas em dezembro de 2011, um pacote de moções sobre a saúde, sobre a justiça, sobre o ensino superior, sobre as portagens contra um governo liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho. O PSD de Chaves está muito à vontade sobre esta matéria, já participou em manifestações de rua não só na de fevereiro de 2007, a propósito da urgência médico cirúrgica, como quando da manifestação da Policia Judiciaria, na Presidência do Dr. Altamiro Claro, e do IP3. Em matérias que sejam de defesa dos superiores interesses dos Flavienses não devemos partidarizar, nem estar a culpar se foi o PS se foi o PSD, que reduziu 15%, se vai ser o PS a aumentar mais trinta cêntimos, o que é importante, como disse o deputado Alexandre Medeiros, votaremos favoravelmente a moção, estando ao lado das populações e ao lado do Executivo nesta matéria, para as posições que entenderem. ----------

---

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do **PS** - Disse que pediu para falar somente para defesa da honra não só da bancada, mas genericamente do PS. No que

concerne ao PS de Chaves para reafirmar que nunca o PS de Chaves, desde o tempo do nosso atual Presidente da Assembleia Municipal, se furtou a qualquer protesto, qualquer intervenção, em contraciclo daquilo que eram as opções governativas, desde que elas significassem uma desvalorização do nosso território, das nossas pessoas. Foi assim com a situação da Policia Judiciária e com Altamiro Claro, foi assim com a urgência médica cirúrgica com as posições que tomou o atual Presidente de Câmara, que colocou os lugares à disposição caso não se revertesse a situação. Como bem lembrou o deputado Manuel Cunha, a urgência médico cirúrgica não se teria efetivamente mantido, não fossem os protestos. A propósito deixem-me relembrar aqui outra situação relacionada com o tribunal cujos primeiros protagonistas no processo não foram políticos, mas sim os profissionais do Foro, designadamente os advogados desta cidade, que não tiveram o mínimo respaldo solidário à data e ainda hoje, da deputada da Nação e militante do PSD e tiveram algum respaldo solidário a reboque e tardio do, então senhor Presidente de Câmara. Portanto temos tido algum sucesso nos protestos e o PS em momento algum se furtou a essa missão, isto em termos locais.

---- ----------

Carlos António Batista Feliz, do **CDS** - Disse que o Grupo Municipal do CDS, vota favoravelmente esta moção. ----------

--- ----------

O senhor **Presidente da Câmara** - Referiu que sendo uma moção apresentada pela Câmara Municipal, tem uma palavra a dizer, e neste contexto coloca a questão que todos os cidadãos e eleitos podem fazer para que este estado de coisas se possa alterar, faltando cumprir um dos princípios inscritos na Constituição que é a regionalização. Se estamos a falar de uma administração centralista e centralizadora, e como se sabe todas as decisões de grande relevância, em períodos de exigência e de limitação financeira, as grandes decisões são tomadas em função dos números para as maiorias, sendo que a afetação e as decisões, são sempre tomadas em função do estrangulamento das dificuldades que existem nos sítios em que há uma maior concentração de população. Estando nós aqui a discutir a questão da acessibilidade, da mobilidade, que tem a ver com as scuts, sobre aquilo que era um principio informador e absolutamente de justiça social visando a coesão social e territorial que as acessibilidades permitem, quanto à deslocação de pessoas e bens. O que aconteceu a seguir e todos sabem, a introdução da taxa que veio gerar dificuldades de circulação sobretudo àqueles que têm menor poder de compra, e neste sentido percebo a preocupação do deputado Manuel Cunha. Mas mais grave ainda é para quem tem um vencimento baixo e tem que se deslocar para uma consulta no Porto. -- É seu entender que este espaço deveria servir para que nós em discussão coletiva pudéssemos agregar novos elementos, novas razões, para que esta moção pudesse ser lida com mais atenção e ganhasse mais relevância e não aproveitar este espaço para mais uma vez esgrimirmos os argumentos de quem teve ou não teve razão, quem teve culpa e quem a não teve, isso não acrescenta muito. Estando nós perante uma matéria cuja competência é da Administração central, relativamente à qual os outros atores no panorama politico, designadamente as Autarquias, não têm papel decisivo, ou seja, não têm competência de decisão. O que é preciso fazer é confluir as conclusões todas sem exclusão de ninguém, produzindo uma decisão que seja robusta não só do ponto de vista técnico, do ponto de vista dos fundamentos e dos postulados, para que possa ser lida e mais convincente para quem tem que a ler e, ao mesmo tempo, dever-se-ia fazer reflexão sobre estas matérias. Debatemos nesta Assembleia

assuntos nos quais nós não temos qualquer tipo de intervenção, porquê? Porque a competência está fora da esfera dos Órgãos deste Município quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal, fazendo nós aqui em muitos casos um mero exercício de retórica. Por isso teremos que passar para outra fase em que fará sentido procurarmos averiguar se há outro poder intermédio, ou seja a tal regionalização, para que efetivamente algumas decisões sejam tomadas, mais perto dos cidadãos, para que haja outra capacidade de reivindicação e para que tudo aquilo que nós desejamos ou seja a forma como são distribuídos os recursos públicos pelo território e pelas pessoas. Provavelmente muitas das questões que estamos aqui a suscitar, na justiça, na saúde, na educação, nas acessibilidades, são questões que se deveriam trazer para mais próximo do território. Deixa aqui uma ambição que todos nós enquanto integrantes e membros de partidos políticos possamos internamente fazer essa discussão, de contagiar essa discussão para que não aconteça o que está a acontecer, é que os partidos a nível nacional têm uma posição e nível local tem outra, mas contrariamente à opinião do deputado Manuel Cunha isso é assim mesmo porquê? Porque os partidos decidem pela maioria havendo, no entanto, opiniões diferentes sobre algumas matérias, sendo a opinião expressa pela maioria, a que prevalece. Sendo decisões democráticas e tomadas de forma coletiva, a nossa liberdade enquanto eleitos faz com que possamos estar em desacordo com a linha politica nacional e porque não? Claro que sim que estaremos e devemos lutar sempre que tenhamos a capacidade de exercer essa luta, ser perseverantes nesta linha de atuação. ----------
---

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** – Disse que divide a declaração de voto em dois pontos: Primeiro, dizendo que o PCP se orgulha das posições que toma aqui nesta Assembleia, ou na Assembleia Municipal de Portalegre, de Faro, na Assembleia da Republica são sempre as mesmas, não tem um discurso local e um discurso nacional e não aceitamos facilmente que o PCP, como os outros também, tenha um discurso nacional de costas voltadas, porque o país resulta da componente de todas as regiões. A segunda questão é que fica aqui o desafio a que o senhor Presidente da Câmara não respondeu: a que está disposto o senhor Presidente da Câmara, o Município, para elevar a discussão e a pressão sobre a Assembleia da Republica e sobre o Governo? É juntar as Assembleias Municipais, através das CIMS? É desafiar uma iniciativa pública comum? Fica aqui esse desafio.----------
Sobre a questão da regionalização é claro que o PCP nesta Assembleia e na Assembleia da Republica, de forma ativa empenhou-se na campanha eleitoral durante o referendo da regionalização, tendo uma posição transparente e cristalina. ----------
---

Posta à votação a Moção foi aprovada por unanimidade. ----------
5 - Moção - "Movimento pelo Interior – em nome da Coesão".----------
---

MOÇÃO - "MOVIMENTO PELO INTERIOR – EM NOME DA COESÃO". ----------
I – Exposição de Motivos ----------
Considerando a existência de um movimento apartidário, constituído por diversas personalidades, designadamente, autarcas, académicos, empresários, entre outros, que decidiram unir esforços em prol da criação de políticas públicas

que contrariem ou atenuem problemas estruturais das regiões de baixa densidade; ----------
Considerando que o Programa Nacional para a Coesão Territorial, incide sobre 165 municípios, concluindo-se que mais de metade da totalidade dos municípios portugueses são caracterizados como sendo do interior; ----------
MUNICÍPIO DE CHAVES----------
CÂMARA MUNICIPAL ----------
NIPC N.º 501 205 551 ----------
2/4 ----------
Praça de Camões 5400-150 Chaves Telefone 276 340 500 Fax 276 327 724 E-mail: municipio@cm-chaves.pt----------
Considerando que o primeiro problema estrutural que o interior deve enfrentar, é o da perda de população; ----------
Considerando que o apoio a esta causa é uma mais-valia na alteração do paradigma do interior de Portugal;----------
Considerando ainda que o Município de Chaves se identifica com o exposto no documento anexo. ----------
II - Moção ----------
Neste sentido, atendendo ao supra exposto, objetivando-se o apoio ao Movimento pelo Interior, propõe-se que o Executivo Municipal, aprove a Moção, consubstanciada no documento anexo, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido; ----------
Seguidamente o documento deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal.----------
----- ----------
O senhor **Presidente da Câmara** - Procedeu à apresentação da moção. ----------
Referiu que esta moção vem na linha da anterior, que apesar da anterior ter a ver só com os aumentos das portagens na A24, esta é mais transversal e é uma moção que apresentámos na Câmara Municipal de adesão áquilo que é o movimento pelo interior em nome da coesão. De fato é uma proposta que faz todo o sentido, tem a ver com a preocupação manifestada por alguns subscritores desta moção, a nível das academias, dos empresários e também das universidades, mas também é alimentada por um conjunto mais alargado de cidadãos, que defendem que é importante que o interior seja olhado de uma forma diferente e que vá mais além daquilo que são as medidas que foram de alguma forma desenhadas, daquilo que foi a missão para o interior. Sendo que o sinal que perpassa nesta proposta tem a ver sobretudo com algumas decisões, reforço da prestação de um conjunto de cuidados, desde a educação, à saúde, e às acessibilidades, mas sobretudo uma questão muito decisiva, sabendo nós que os problemas do interior assentam essencialmente na demografia e economia, e que uma coisa não funciona sem a outra. É provavelmente mais fácil intervir a nível da economia do que ao nível da demografia, pois a capacidade de inverter tendências é completamente diferente, uma intervenção é mais a curto prazo e a outra de médio e longo prazo. Em resumo esta moção que diz respeito a três legislaturas sinaliza um caminho a ser percorrido. Efetivamente está aqui pugnada a descentralização, ou seja, na pratica os serviços que venham a ser criados da administração central possam, de alguma forma, ser localizados em várias parcelas do

interior, e isso sim constituiria uma alavanca de desenvolvimento. É do conhecimento geral que o interior só se pode desenvolver se a dinâmica económica for crescente e mais relevante, e aí o Estado tem um papel importante, na localização dos investimentos públicos ou privados que possam ter um papel de influência para determinados pontos do interior com a sinalização de territórios prioritários de investimento e, ao mesmo tempo, todas as decisões que têm a ver com a sede ou delegações de serviços da administração central, sejam dispersos pelo interior. Porventura hoje nos grandes centros existem problemas de congestão de serviços que têm a ver com o excesso de concentração. Em vez de se gastar o dinheiro na resolução dos problemas de congestionamento é importante que esse dinheiro seja afeto aos territórios de baixa densidade ou do interior e, portanto, esta moção tem subjacente essa visão sendo, de alguma forma, o marcar de um compromisso que este governo e os seguintes, possam simplificar de modo a que no decurso de 2 ou 3 legislaturas tenhamos um país que, no que diz respeito ao desenho e à distribuição dos serviços públicos por todo o território, se apresente equilibrado e por esta via se resolva o problema da economia, mas também da demografia. Pois é conhecido que nos Concelhos do interior tem havido uma perda de população, mas também em todo o território, se tem verificado essa perda. ----------

---

Intervenções:----------

Gisela Maria Esteves Espirito Santo, do **PS** - Cumprimentou o senhor Presidente e Mesa e toda a Assembleia. Por se tratar da primeira vez que tem uma intervenção, felicitou o senhor Presidente da Câmara e todo o Executivo, estando certa que irão cumprir todos os compromissos que assumiram para com os flavienses, honrando os princípios e valores do PS, estando também certa de que colocará o Concelho de Chaves no caminho do desenvolvimento para o bem do nosso território e dos seus habitantes. Cumprimenta também os membros desta Assembleia as senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia e demais presentes. Quer apresentar duas ou três notas relativas à moção aqui apresentada, como o senhor Presidente de Câmara anteriormente referiu. Dizer-vos que o atual governo liderado pelo PS está a imprimir profundas alterações na vida de todos os portugueses através da recuperação das famílias e estamos convictos de que nos encontramos no caminho certo, mas precisamos ainda de continuar a afirmar o progresso social, a concretização de direitos e do bem-estar sobretudo nos territórios de baixa densidade, como é o nosso. A nossa região carece ainda de respostas efetivas que ultrapassem as meras medidas de caracter simbólico de descentralização promovendo uma verdadeira coesão social, económica e territorial, contrariando o êxodo populacional, contrariando a vulnerabilidade do interior. É juntando estratégias de financiamento que se poderá inverter o fenómeno catastrófico do despovoamento de toda a faixa interior do território. Precisamos definitivamente de atitudes e não apenas de diagnóstico. A tragédia provocada pelos incêndios, colocou a descoberto alguns dos problemas do interior, que têm estado escondidos durante muito tempo. Sendo necessário que se encare de outro modo o desenvolvimento nestas regiões colocadas nas franjas durante muito tempo, só com politicas serias, medidas temporais que permitam uma reprogramação dos fundos, do próximo quadro comunitário de apoio e uma descentralização de competências que seja responsável e profícua, capaz de travar as assimetrias ainda

existentes e de dar dimensão à nossa região através da atração de investimento e da criação de emprego. Sendo necessária a mobilização de todos, esta será uma prioridade do Executivo municipal, do governo, dos portugueses que cá residem e que querem continuar a viver. Importa que numa perspetiva suprapartidária e numa ótica de movimento pelo interior, em nome da coesão, consigamos alterar o paradigma da degradação de vida no interior, precisamos de fixar pessoas precisamos de desenvolver este território, no sentido da convergência e da coesão territorial. ----------
Por isso subscreve e apoia esta moção. ----------

Manuel Justino Matos Cunha, da **CDU** - Disse que coloca a questão de uma forma clara e transparente, que nunca faltará na Assembleia da Republica, o voto do PCP para todas as medidas que sejam tomadas de viabilização do interior, sejam elas propostas pelo partido que for, nunca faltará o voto do PCP, não do PCP de Chaves, de Boticas ou do Porto, é do PCP para todas as medidas.----------
Segundo ponto, não faltará nunca o voto do PCP quando decidirem implementar a regionalização como uma plataforma que permita e que está prevista na Constituição. Seguramente, se há partido que teve uma posição transparente, coerente em todos estes anos de democracia, inclusive no referendo foi o PCP. Por isso podem contar com ele. ----------
Terceiro ponto desde há muito tempo que o PCP, vem alertando, e só agora acordaram com a questão dos incêndios, consultem as tomadas de posição públicas do PCP há 10 anos de alerta, de todos estes problemas. Só agora é que reconhecem sendo que nós já apontávamos há 10 anos todas as dificuldades, como é que todas as decisões de governos PS, de governos PSD e já agora também do CDS, que foram levando ao afastamento de serviços públicos, e todo um conjunto de situações em que os governos pensaram que só se podia viver no litoral. O senhor Presidente da Câmara disse algo que eu até percebo a ideia, temos que ir muito para além disso, não é possível estarmos amarrados a ideia de que viabilizar o interior é um bom negocio, provavelmente como investimento tem que ser feito, mas não se pode estar a tentar demonstrar que do ponto de vista financeiro é um bom negócio, não é essa a questão senão já perdemos, pois trata-se de uma justa questão de dignidade nacional, de integridade nacional, de respeito e de justiça. Um outro aspeto é que o conjunto de medidas que vão ser tomadas de viabilização do interior, deverá ser um conjunto arquitetado no tempo, no espaço e no financiamento, de modo as pessoas sentirem que o país é viável e que o país entenda que o interior não pode ficar despovoado. ---
O encerramento de serviços está em contradição com tudo aquilo que se diz. ----------
O PCP vai votar favoravelmente a moção, mas esta moção não pode servir para passar um pano sobre o passado e de pensar em começar tudo de novo. Nós chegámos a este ponto pelas politicas erradas que foram feitas e essas políticas têm responsáveis, e não é com meias medidas de beneficio económico, é com um conjunto de medidas muito alargado que se consegue obter resultados. No entanto estamos a discutir este assunto e as portagens tiveram um aumento de 30 cêntimos, sendo exatamente o contrario daquilo que nós pretendemos. Sendo que a questão dos custos empurra as pessoas para viverem nos grandes centros, assumamos que a viabilidade do interior do país é em primeiro lugar vital para o País. Como tal implica um investimento financeiro e um investimento politico na implementação da regionalização. Reafirma

que nunca faltará o voto do PCP na Assembleia, sobre as propostas justas que sejam feitas pelo CDS, pelo PSD, pelo PS ou pelo BE sem problema nenhum, sendo que nós também apresentamos propostas e é nessa base que tem funcionado o PCP na Assembleia da Republica. O PCP revê-se em cada decisão que toma, e votou o Orçamento de Estado por um conjunto de medidas positivas para os portugueses que estavam em dificuldades. ----------
---

Ana Maria Rodrigues Coelho, do **PSD** - Referiu que a moção "Movimento pelo Interior, em Nome da Coesão", apresentada pelo Executivo Municipal em reunião de Câmara e apresentada nesta Assembleia para aprovação, merece a concordância do Grupo Municipal do PSD, lamentado que este movimento peque por tardio e pelo facto de alguns daqueles que se associam, não tenham posto em pratica quando deviam e podiam a dita coesão, referindo o nome do Dr. Fontainhas Fernandes, responsável pelo encerramento do Pólo da UTAD em Chaves. O tema da interioridade afeta particularmente a todos, por isso não podemos deixar de tecer aqui algumas considerações adicionais. Os relatórios sobre as jornadas de baixa densidade e interioridade e sobre a coesão territorial são muitos, mas as populações precisam de ações. Que é que têm feito os sucessivos governos para resolver o problema? Pouco. Se é verdade que ao nível do investimento publico para estruturar o interior do País, de forma a promover a sua competitividade, isso é inegável, também é verdade que o atraso com que partimos determinou que esse investimento seja insuficiente para colmatar o atraso do País, hoje mergulhado num ciclo vicioso da interioridade, se assim lhe quisermos chamar. O êxodo rural a que o interior do País está sujeito vem desde a década de 60, tendo determinado o despovoamento e dispersão territorial, por sua vez pulverizar os mercados locais, reduzindo os níveis de empreendedorismo, o investimento privado, tornado o mercado de emprego escasso e pouco qualificado. Esta realidade repercute-se e simultaneamente acentua-se, pelo impacto, na esfera publica e privada, na medida em que a perda desta massa critica se perpetua pela redução do tecido empresarial e perda de equipamentos e serviços públicos. Desenganem-se os que pensem que há desenvolvimento regional sem pessoas, sendo necessário para a fixação de pessoas mais emprego e para haver emprego torna-se necessário haver empresas. Poderá este desequilíbrio ser corrigido apenas pela iniciativa privada? Provavelmente não. Que vantagem tem uma empresa fixar-se em Chaves em alternativa ao Porto? Provavelmente nenhuma. Está longe dos centros de decisão, tem menos mão de obra disponível, maiores custos de logística e distribuição, salvo raras exceções, são os tais falados custos da interioridade. Terminaram os incentivos fiscais à interioridade que em tempos existiram, dando-se a possibilidade aos Municípios de prescindir do IRS a favor dos cidadãos, porque não pode o governo prescindir do IRC a favor das empresas que se instalem no interior? Porque sistematicamente se delega naqueles que têm menos recursos, as decisões difíceis de prescindir de receita para a fixação de pessoas. Porque não reduzir as contribuições da segurança social para essas mesmas empresas que se instalem no interior, ajudando assim ao incentivo de emprego. Estes incentivos aliados a alguns que as Autarquias, com grande esforço, já proporcionam talvez se conseguisse ajudar na fixação de empresas, na criação de emprego, contrariando este ciclo vicioso da baixa densidade. Preocupados com estas questões, em junho de 2016,o Grupo Municipal do

PSD apresentou nesta assembleia uma moção particularmente sobre a necessidade de ajustamento do Portugal 20-20 à realidade do território, considerando que o modelo geográfico e administrativo da região Norte, ao incluir a área metropolitana do Porto na Região de convergência da NUT2 Norte, permite que esta região já nivelada pelos níveis de desenvolvimento da União Europeia, continue a canalizar os fundos que deveriam servir para o desenvolvimento das verdadeiras regiões de convergência com níveis abaixo da média Europeia. Verifica-se lamentavelmente que sempre que há oportunidade de promoção da coesão, porque há uma reforma do sistema judicial, do sistema de saúde ou porque se negoceia novo quadro comunitário, e sempre que isto acontece, infelizmente os sucessivos governos nada fazem porque continuam apenas a adotar medidas paliativas sem a discussão de estratégia efetiva para a correção das assimetrias regionais, como é o caso da moção anteriormente aqui apresentada. Assim e agora indo de encontro áquilo que o senhor Presidente da Câmara aqui referiu e muito bem, que deveria ser sempre a postura desta casa não virmos aqui atirar culpas uns aos outros, mas para dar o nosso contributo. Embora concordando com este movimento pelo interior, com o global desta moção, entendemos que a mesma não deveria deixar passar a oportunidade de ir um pouco mais alem, que nesta moção à semelhança da que já tinha sido apresentada em junho de 2016, se recomende ao governo e aos organismos de gestão do Programa “Portugal 20-20”, o aumento do numero de avisos de abertura de candidaturas direcionadas aos territórios de baixa densidade, de modo a que o atual quadro comunitário não seja completamente desperdiçado. ----------

Entende também que na moção se poderia solicitar a criação e participação de um grupo de trabalho, por parte dos representantes políticos e ao nível do associativismo empresarial e das próprias empresas dos territórios de baixa densidade, na definição da estratégia do novo ciclo da programação comunitária, de modo a que a estratégia nacional possa de facto contribuir para a coesão nacional e a convergência europeia. Já se está a discutir o quadro Comunitário “Portugal 20-30” e que nem sempre a visão da politica nacional está de acordo com a visão politica regional ou vice-versa. É sua opinião que a solução dos territórios de interior ou de baixa densidade, terão todos interesse em poder estar presentes neste debate de uma forma mais acentuada e ativa do que estão. Entende também que esta moção deveria propor à tutela a revisão da organização administrativa da NUT2 Norte, colocando à discussão a retirada da Área Metropolitana do Porto da área de convergência, para efeitos de negociação do próximo Quadro Comunitário, sempre que estejam em causa as matérias de desenvolvimento socioeconómico do território. Entende ainda que esta matéria merece uma reflexão séria e profunda, devendo passar pela análise do estatuto politico administrativo das regiões existentes no nosso País, nomeadamente duas regiões autónomas que de acordo com a constituição, foram definidos para elas como objetivos fundamentais para as suas autonomias, pelo facto de contribuírem para a atenuação dos efeitos desfavoráveis da localização ultraperiférica da insularidade e do isolamento. Foi adaptado o sistema fiscal nacional a estas regiões seguindo os princípios da solidariedade, equidade e flexibilidade com a concretização de uma solução fiscal própria. Nós não somos ilha, mas estamos realmente muito perto de o ser, em termos de isolamento e de discrepância. Não poderiam os decisores destes

territórios reivindicar um estatuto idêntico para o interior do País? fica aqui para reflexão. ----------

---

Ernesto Salgado Areias, do **PS –** Referiu que louva o teor desta moção, embora provavelmente seja insuficiente, crê que não valerá muito sem medidas que sejam de conjunto e que passem por todos os Municípios do interior. Estar a fazer uma moção para baixar as portagens na A24, sem convergir com os municípios por onde passa a A4, a A23 e outras autoestradas do interior, que também são pagas, crê que não adiantará de grande coisa, porque o governo tomará medidas de conjunto que beneficiem todo o interior e não por regiões. Deveríamos ter em primeiro lugar, em conta que deveria haver em Portugal uma Associação dos Municípios do Interior e de baixa densidade. Já houve proposta nesse sentido, mas não avançou, não existe uma visão de conjunto pois os problemas afetam todos estes Municípios. De facto, não conseguem convergir para que haja uma voz que os represente e que bata o pé ao governo, seja ele qual for, porque em termos de medidas para o interior são todos iguais. Mas o centralismo das capitais de Distrito não é menos grave do que aquele que vem de Lisboa. O que deveria ser feito é uma moção que abranja um conjunto de medidas fiscais, conjunto de medidas de descriminação positiva ao nível, não diria da isenção das portagens, mas pelo menos de redução significativa. Colocou a questão: custaria mais a um governo, ao poder central, esse pacote fiscal ou o que se vai delapidar agora nas indeminizações dos incêndios? Está-se a gastar em catástrofes aquilo que não se gasta em desenvolvimento, sendo muitíssimo mau. Não há duvida que precisamos de um centro de conhecimento e de ensino superior, não é uma questão de vaidade autárquica, nem o ensino superior se destina a alugar quartos aos estudantes, como muita gente pensa, é sim para os fixar aqui para alavanque do nosso concelho. Há também questões internas a nível do município que não estão resolvidas. Será que Lisboa tem culpa de Chaves ter perdido mais de 4 mil aquistas das Caldas? Será que Lisboa tem culpa de nós não aproveitarmos a proximidade com a fronteira? Será que Lisboa tem culpa de não termos feito a candidatura a Património da UNESCO, se calhar arranjaria 400 ou 500 empregos no Concelho. Será que lisboa tem culpa de a Câmara de Chaves estar em insolvência? E de ter 200 funcionários a mais. Portanto temos que tratar do nosso problema aqui. Porque ninguém vem resolver os problemas de Chaves, por nós. Por último coloca a questão: o que se tem feito na Veiga de Chaves, com 2 mil hectares de terra de excelente qualidade destinados a sementeira de milho? Não existe uma visão, nem um único estudo agrícola para o desenvolvimento do Concelho. ----------

---

O senhor **Presidente da Câmara,** respondeu às questões colocadas. ----------
Referiu que esta é mais uma moção que pretende sinalizar de forma mais veemente a questão da perda de demografia e a anemia económica sentida nos municípios do interior que são a maioria dos Municípios Portugueses, sendo seu entender a este propósito que não devemos fazer demagogia. Também ninguém acreditará, por mais moções que nós subscrevamos, que nós possamos inverter e fazer num só portefólio, a defesa de toda uma transformação que não se fez desde a constituição da Nacionalidade Portuguesa. Considerando que Portugal sempre foi um Estado muito centralizador, o que temos a fazer, se quisermos ter uma visão pragmática, não

devemos pedir tudo e mais alguma coisa a quem de direito decide. Devemos perceber que é importante refletir sobre o que queremos e para onde queremos ir. Analisar aqui uma moção, e ao mesmo tempo, falar das perspetivas financeiras que estão em curso, e dizer que vamos junto do governo pedir alteração dessas perspetivas é fazer de conta que tudo é possível. Neste momento o que está em discussão são as novas perspetivas financeiras, em relação aquelas que estão atrasadas já não há nenhuma hipótese de alteração. Reabrir um complexo processo negocial com Bruxelas, só poderia fazer-se com as pessoas e entidades que fizerem a discussão desse Quadro Comunitário. Sabendo-se quem foi, portanto não vale a pena ter aqui uma discussão politica que não faz sentido, sobretudo numa proposta desta dimensão. Quanto à alteração dos avisos, sendo que os mesmos são construídos de acordo com os contratos que foram assumidos entre Portugal e a União Europeia, não se podem fazer os avisos que nós queremos, estando já tudo contratualizado, tudo decidido. Outra coisa muito séria que nós temos de discutir são as perspetivas para o Quadro 20-30, ou seja devemos atuar de forma estrutural, tendo presente que são os fundos ao nível da coesão, que devem ser alocados de forma diferente e distribuídos pelo território, de forma diferente também. Não podem, de alguma forma, propiciar investimentos relevantes no território com índices de baixo investimento porque, neste momento o que esta a acontecer é que a coesão está a financiar a linha do Porto, a linha de Lisboa e a de Cascais, sendo isto absolutamente inaceitável e aí todos concordamos. Se isso vier a acontecer terão o repúdio de todos os Autarcas da Associação Nacional dos Municípios, pois isso sim seria inadmissível. Não podemos pensar que é possível atuar naquilo que já foi anunciado e decidido, temos é que estar concentrados no próximo desafio a nível da definição e discussão dos próximos fundos comunitários para o Portugal 20-30, tendo em conta que as próximas perspetivas financeiras serão a dez anos, e serão também mais difíceis, porque os fundos de coesão são menores, devido à saída da Inglaterra da União Europeia. Os Países periféricos podem ver o valor financeiro e a dotação para coesão sofrer cortes, por duas vias: o Orçamento da União Europeia é menor pelo facto de haver menos um contribuinte liquido e, ao mesmo tempo, porque as prioridades podem ser diferentes. Se assim acontecer vamos ter um problema ainda mais exigente, temos é que ser mais criteriosos o que deve estar inscrito, é uma das nossas exigências para os próximos anos, tem que ser absolutamente importante. As nossas prioridades têm que ser decisivas e criteriosas e isso já está a acontecer e está a ser discutido a nível da CIM do Alto Tâmega para que se possam inscrever 4 ou 5 áreas prioritárias como o ensino superior, as acessibilidades, as autoestradas, sendo nosso entendimento que devem existir fatores de coesão. São medidas que têm que estar inscritas e pugnadas ao nível da CIM e não a nível de cada Município. ----------

Estamos de acordo quanto à questão da eventual redefinição das NUTS, no sentido de que os territórios, com mais poder de compra não possam aproveitar das circunstancias de se encontrarem integrados com outros territórios que têm menos poder de compra. Estamos a falar do Porto e da sua Área Metropolitana, sendo que essa discussão não deve ser incorporada nesta moção, devendo ser discutida no âmbito da negociação ao nível dos fundos comunitários. Enxertar nesta proposta a questão do estatuto jurídico administrativo das regiões, seria violar a Constituição da República, a Constituição porque está aí definido claramente como é que o território

tem que ser organizado, no que respeita às ilhas autónomas. A Constituição também é clara e define muito bem a regionalização, por isso queremos que uma moção altere a Constituição, isso é estarmos a acreditar no impossível. Mais uma vez temos que nos centrar no essencial, e o essencial está nesta moção. É estruturante, e decisivo o investimento publico, o investimento privado, é importante a sinalização, por parte do governo, destes territórios como prioritários em termos de investimento nacional e, ao mesmo tempo, colocar aqui serviços da administração central isso é absolutamente decisivo, sendo também um sinal de confiança para as populações, para o território e para os investidores. Por último referir que nos devemos concentrar todos numa base de entendimento e divergirmos menos naquilo que são os pontinhos de pormenor em que estamos em desacordo. ----------

---------- ----------

Ana Maria Rodrigues Coelho, do **PSD** - Para dizer que não estava a divergir estava a convergir, no sentido de achar que quando se fala ou se dá um nome a um movimento "Movimento pelo Interior", ele não pode ser reduzido e nisso concordo com o deputado Manuel Cunha, não podendo ser reduzido a generalidades. Se é um movimento pelo interior tem que integrar um conjunto de situações, circunstâncias, e de aspetos que efetivamente possam fazer a diferença e não só elencar um conjunto de personalidades muito importantes, mas que depois é um movimento pelo interior, como já houve os Fóruns de Coesão pelo interior, sendo as sugestões aqui apresentadas não para divergir, mas sim para reforço de aspetos daquilo que efetivamente possam ser suportes ao movimento pelo interior. Em relação aos Fundos Comunitários efetivamente já se está a negociar o próximo quadro, esperamos que ainda possamos ter alguma capacidade de intervenção. Tendo em conta a noticia do Jornal Expresso, é porque o Portugal 20-20 está a ser objeto de reformulação, não nas suas linhas básicas pois a regras foram aprovadas pela União Europeia, e dessas o País não se pode desviar, pois os Programas Operacionais não vão alterar a sua forma de trabalho, os seus objetivos fundamentais. Mas as verbas podem ser alocadas mais a algumas atividades do que a outras, ou podem ser afetas mais a alguns objetivos do que a outros, em função dos graus de execução que tenham e em função dos objetivos políticos que haja sobre elas. Neste momento para além de se estar a discutir o 20-30, também se irá discutir o que sobra do 20 e, quando referi que ainda se pode fazer uma chamada de atenção foi ao nível de todo o interior, e não ao nível do Concelho de Chaves, nem de Valpaços tal como já foi dito isto em vários Fóruns em vários Concelhos do interior. Referiu que o movimento pelo interior deve ser efetivo e integrador e não deve ser só uma generalidade, senão torna-se só mais um movimento.

---------- ----------

O senhor **Presidente da Câmara**, interveio dizendo que este é um movimento que deve contagiar favoravelmente um elevado numero de instituições e de pessoas. Com certeza que a seguir terá que ser feita uma espécie de caderno de encargos e num momento para posteriores questões, de elencar um conjunto de pessoas. Se isto acontecer será bom sinal, de que o movimento ganhou dinâmica. Hoje estamos confrontados com uma dificuldade sendo certo que todos nós, o governo e as autarquias têm estado a suscitar reprogramações físicas e financeiras e, ao mesmo tempo, a solicitação de mais fundos ou seja mais fundos para a realização do conjunto de investimentos, existindo neste momento uma fragilidade que é o facto de a taxa de

execução dos fundos comunitários ser baixa, portanto existe aí uma fragilidade. Temos que assumir que em termos negociais a maior parte dos Municípios têm, no que respeita à taxa de execução dos vários Programas Comunitários, um problema de base ou seja, estar-se a exigir mais financiamento quando os Municípios não tiveram capacidade de execução do que já estava comprometido, torna-se complicado, e representa um constrangimento. Confrontados com esta questão, temos dificuldade de resposta, o que vamos dizendo é que houve uma concentração na abertura dos avisos de uma forma tardia e que a sua execução teve inicio mais tarde, fazendo com que haja um esforço maior no que respeita aos recursos próprios dos Municípios. Mas o País é o somatório dos contributos de execução de todos os Municípios, que alimentam e contribuem para a execução do todo nacional. ----------
Portugal também pode estar com um problema, porque se não apresenta bons indicadores de execução, a sua capacidade de negociação a nível nacional, fica fragilizada. Portanto há que olhar esta situação com realismo, percebendo que é uma discussão complexa, esta reprogramação que está a ser negociada. ----------
E se se caminhar no mau sentido, aí tem que ter o repúdio e a crítica de todos, porque é importante fazer mais pela coesão, e sobretudo mais pelo interior. ----------
-------- ----------

Posta à votação a Moção foi aprovada por unanimidade. ----------
---

6. – Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro – 2017. Informação nº 1/DGF/SE/2018. ----------
----- ----------

O senhor **Presidente da Câmara**, fez a apresentação da proposta. ----------
Referiu que o que está aqui presente é um relatório de acompanhamento financeiro, pelo facto do nosso Município se encontrar em saneamento financeiro, não sendo por isso um bom sinal. Este relatório tem uma nota preocupante, que expressamente refere que o Município se encontra em desajustamento financeiro, sendo que os compromissos financeiros do Município estão descritos na proposta que nós apresentamos e que foi validada pelo Tribunal de Contas. Houve dois aspetos no ano de 2017 que contribuíram para esse desequilíbrio: diminuição da receita corrente, tendo como base a receita do IMI e aumento das transferências. Referiu ainda que houve um aumento considerável da despesa com a iluminação pública. Aquando da elaboração do plano de saneamento financeiro entenderam que, no referido ano, todos os investimentos de eficiência energética estariam executados e nessa perspetiva o custo com a iluminação publica seria menor, do que na realidade veio a ser. Apresentámos hoje candidatura no âmbito da eficiência energética dos edifícios. -------
Em resumo existe aqui um desequilíbrio e um desfasamento de 1 milhão de euros. Vamos apresentar uma proposta no sentido de explicitar como se irá conseguir fazer o ajustamento financeiro, que é absolutamente necessário. A acrescentar a todos estes aspetos existe a decisão recente sobre a questão exigente das expropriações. Solicita o contributo de todos para que esta questão seja concretizada e com esforço maior por parte da bancada do PSD, sendo que tem uma responsabilidade histórica mais elevada, para que se consiga um equilíbrio mais ajustado. ----------
----- ----------

Não houve intervenções. ----------
---- ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento ----------

---

7 - 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018. Informação/proposta nº05/DGF/2018. ----------

---

O senhor **Presidente da Câmara**, fez a apresentação da proposta, dizendo que esta está relacionada com dois aspetos: necessidade de efetuar uma correção no que respeita à inscrição na classificação económica adequada e à previsão de encargos com a reposição de carreiras, cujo valor já estava previsto no orçamento para o ano de 2018, sendo que estava numa classificação errada e, de acordo com a recomendação da DGAL, foi necessário efetuar esta correção. Já foi feita. Outro aspeto diz respeito ao sistema de abastecimento de água sendo necessário alocar mais recursos financeiros para acorrer a situações de emergência nos sistemas autónomos de abastecimento, que têm que sofrer uma rápida intervenção existindo problemas quer ao nível da quantidade, quer da qualidade. É necessária uma verba de 52 mil euros neste segundo caso e no caso anterior uma verba de 104 mil euros. ----------

---

Intervenções:----------

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do **PS** - Disse que relativamente a este ponto apenas duas breves considerações: em nome do Grupo Municipal do PS, solicita ao senhor Presidente da Câmara, sendo certo que o sentido de votação será naturalmente de aprovação embora, pelas explicações que já foram dadas, uma das alterações tem a ver com uma forma legal. No que respeita à situação de emergência, no fornecimento e abastecimento de água, o PS pelo anterior vereador e agora vice presidente Dr. Francisco Melo, que foi várias vezes protagonista de intervenções neste sentido é lamentável, dramático, que nos últimos anos se tenham gasto tantos milhões de euros, em coisas, supérfluas, outras sem uma utilidade especifica explicada, e permitam-me relembrar aqui: 3 milhões no Parque de Atividades em Santa Cruz Trindade onde se realizou por algum tempo a feira semanal; 7 milhões na construção da Plataforma Logística e nos seus acessos; 6,3 milhões no Mercado Abastecedor, sem que se tenha investido minimamente no que realmente é importante e essencial às populações, que é serviço da rede de abastecimento de águas. Sendo necessária mais verba, o reforço da mesma vai fazer-se à custa da diminuição da verba disponível para a aquisição de moradias no centro histórico, por parte do Município, é o que vem explicito neste documento, ficando a rubrica com uma dotação de apenas 30 mil euros. Gostaríamos de obter por parte do senhor Presidente da Câmara uma resposta tranquilizadora, nomeadamente que a diminuição desta verba não signifique o perigar desta candidatura e que certamente o executivo continue a efetuar a aquisição de algumas moradias no Centro Histórico. ----------

---

O senhor **Presidente da Câmara** referiu, quanto a este assunto, que efetivamente a diminuição da dotação da rubrica destinada à aquisição de imóveis no centro histórico não significa, de forma nenhuma, uma desistência de aquisição de habitações degradadas no referido local. É um processo que vai ser desenvolvido no sentido de ser negociado de forma amigável. Nos casos em que os proprietários não efetuem obras por iniciativa própria e não as queiram alienar de forma amigável, então ter-se-ão que instruir processos de aquisição por via coerciva, tornando-se num processo mais longo. Nesta medida especifica a dotação financeira ficará diminuída, mas existe a possibilidade de arrancar ainda este ano, sendo certo que é importante a recuperação do centro histórico. Face a esta exigência, com a qual não estávamos a contar, e sendo certo que orçamento elaborado para este ano foi feito de uma forma muito criteriosa

com dotação de algumas rúbricas com valores inferiores àquilo que era o histórico correndo-se o risco de termos, em alguns casos, a necessidade de reforço dessas rúbricas, com o abastecimento de água. Contudo mantemos como objetivo central a aquisição dessas habitações, porque acreditamos que estamos a dar um contributo decisivo, não só para a recuperação do Centro Histórico, mas também um sinal positivo de confiança para todos quantos estiverem interessados na sua recuperação. Havendo hoje instrumentos financeiros que poderão alimentar algumas vontades de investidores privados para o fazer, nós daremos um sinal positivo do nosso compromisso a concretizar num período curto de tempo. ----------

---

Posta à votação a proposta foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor; 12 abstenções e (0) votos contra.----------

---**----------**

8 - Contratação de empréstimo de médio e longo prazo destinado à exclusiva amortização antecipada de outros empréstimos em vigor a 31 de dezembro de 2017 – Art. 101º, da lei nº 114/2017 – Loe para 2018 e até ao montante de 3.016.141,18€. Relatório final. Informação/proposta nº 07/DGF/2018. ----------

---

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta. ----------

A proposta aqui apresentada para apreciação e votação desta Assembleia Municipal, tem a ver com a contratação de empréstimo a médio e longo prazo, neste caso com um prazo de maturidade a 20 anos, para amortização integral de 2 empréstimos que existem e financiaram a construção do Mercado Abastecedor e mantêm, condições financeiras pouco atrativas, no que concerne ao *"spread".* Ambos os empréstimos em execução tinham, como prazo de amortização a 10 anos e o que se está agora a pedir na nova contratação de empréstimo, será um prazo de amortização de 20 anos. Esta proposta tem que garantir necessariamente alguns critérios de natureza legal, designadamente a contratação de financiamentos de acordo com a Lei do Financiamento das Autarquias, teve que se garantir que não há aqui o incremento da responsabilidade dos Municípios, e garantir também que a instrução do processo para o Tribunal de Contas ou seja que o serviço anual da divida(amortização de capital mais juros dos atuais empréstimos) seriam no valor aproximado de 400 euros para 171 mil euros, obtendo assim uma economia no que respeita aos custos, e na diminuição de encargos anuais na tesouraria do Município. ----------

------ ----------

Intervenções:----------

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do **PS** - Referiu que da parte da bancada do Grupo Municipal do PS, considera um bom ato de gestão deste Executivo. Resulta de uma pesadíssima herança de anos e anos de descontrolo financeiro, mas que em termos concretos importa realçar a porção de redução dos valores dos encargos anuais de divida e aquilo que é o peso da divida da Autarquia, sendo necessário recorrer em 2013 e 2014 ao fundo de apoio aos municípios e posteriormente ao programa de apoio à economia local, encontrando-se o nosso Município em situação de pré-falência. ---------- ----------

Sendo mais que evidente que este Município e este Executivo têm para os próximos anos o pagamento, de alguns investimentos que redundaram em absolutamente nada de positivo para o Município. Avalia como positivo qualquer ato de gestão que signifique um aliviar da dívida, ainda que à custa de um aumento do tempo de satisfação da obrigação ----------

------- ----------

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do **PSD** - Disse que a palavra coerência, já por várias vezes foi aqui referida, durante esta sessão, mas que não é praticada. No que respeita a este ponto em discussão, de acordo com o Grupo Municipal do PSD, teve oportunidade de se referir na Assembleia Municipal anterior, em dezembro. O Grupo municipal do PSD fará uma oposição responsável, séria e credível, dizendo que votaremos a favor e contra, quando assim o entendermos, justificando e propondo alternativas e caminhos diferentes. E é aqui que se vê a coerência de uns e de outros. Recorda para quem quiser consultar a página 33 da ata nº3 de 2016 de 29 de junho, onde sobre a proposta de um empréstimo similar o PSD votou favoravelmente esta matéria, tal como tinha feito na Câmara Municipal. E o PS se absteve quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal. O PSD não respondendo somente ao apelo do senhor Presidente e das suas responsabilidades, vai votar favoravelmente esta proposta, sendo este ato, um ato de boa gestão e tendo como objetivo, uma poupança para investir no Concelho em prol dos Flavienses. O PSD mantem essa coerência e essa responsabilidade. Finalmente referiu que o PS não terá necessidade de sempre que aqui vem, apresentar e defender propostas favoráveis a este Executivo, falar mal do Executivo anterior.----------

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, do **PS** - Em resposta ao deputado Municipal Nelson Montalvão, referiu que a abstenção não inviabilizou coisa nenhuma, não entende por que referiu aqui a coerência, fazendo sentido relembrar o passado uma vez que, se não fosse esse passado, não seria necessário a apresentação desta proposta. ----------

O senhor **Presidente da Câmara,** respondeu às questões colocadas pelos senhores deputados.----------

Referiu que se há incoerência não é certamente por parte do PS, sendo seu entender que a incoerência será com a despesa, aí sim há incoerência, sendo certo que quem realizou a despesa com o investimento no Mercado Abastecedor, não foi este Executivo. No passado, tal como no futuro, tivemos e iremos ter sempre coerência, pois no que respeita a esta matéria a nossa coerência manifestou-se sob forma de abstenção, sendo nosso entendimento que não contribuímos para a despesa e, embora não concordando com o fundamento dessa despesa pública, quisemos dar um sinal positivo, no sentido da contribuição para a redução dos encargos do Município, e o nosso voto foi no sentido da abstenção.----------

Só que o que se está aqui a discutir é, no essencial, a situação financeira difícil e é por isso que estamos numa situação de saneamento financeiro, pretendendo-se única e exclusivamente a resolução de um problema financeiro de tesouraria, sendo que esta operação vai ajudar o município em dois aspetos fundamentais.----------

Por um lado, a garantia de redução do custo do serviço de divida e, ao mesmo tempo, uma dilatação ainda que não muito elevada, do prazo de amortização. ----------

Posta à votação a proposta foi aprovada por maioria, com 57 votos a favor; 3 abstenções e (0) votos contra.----------

9 - Projeto de interesse Municipal – PIM - Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais. beneficiária: António & Liliana Rodrigues, Lda. Informação/proposta nº 11/GNE/2018.----------

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta. ----------
A proposta aqui presente é para conhecimento desta Assembleia Municipal. É um aditamento ao contrato existente de financiamento, que visa retificar alguns benefícios relativamente às percentagens, sendo certo que o valor apurado inicialmente não estaria correto. É um projeto com benefícios de âmbito e de interesse municipal. -------
---------- ----------
Não houve intervenções.----------
----- ----------
***A Assembleia Municipal tomou conhecimento.* ----------**
---------- ----------
10 - Prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas. Empresa Municipal Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M. S.A. ----------
---------- ----------
O Senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta, referindo que a Empresa Municipal tem obrigatoriamente de ter um Revisor Oficial de Contas e dado que o contrato anterior já tinha um prazo superior a três anos, foi seu entendimento efetuar uma nova consulta ao mercado, no sentido de contratualizar um novo Revisor Oficial de Contas. Foi efetuada consulta, na sequencia da qual houve uma apresentação de proposta mais vantajosa, por parte de "Rodrigo Gregório, Associados Sociedade Oficial de Contas", no valor anual de 3.720.00€, acrescido do IVA. O que se solicita a esta Assembleia é a sua aprovação. ----------
----
Não houve intervenções. ----------

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------
O membro da Assembleia Luís Manuel Areis Fontes, não se pronunciou nem votou nesta proposta ----------
---------- --------
11 - Revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves – Proposta de designação de novos representantes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal a integrar a Comissão Consultiva do Plano – Informação da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território da Sra. Arq.ª Ana Isabel Augusto datada de 18.01.2018.----------
---------- ----------
O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta. ----------
A proposta que aqui é submetida aos membros desta Assembleia Municipal relaciona-se com o processo de revisão do PDM que está em curso, sendo necessário por parte dessa Assembleia Municipal a indicação de um representante para integrar a Comissão Consultiva de Revisão do PDM. A Câmara Municipal já indicou o seu representante.
----- ----------
Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** abriu um espaço para apresentação de propostas, por parte dos Grupos Municipais. ----------
---------- ----------
Intervenções:----------
Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves em nome do Grupo Municipal do PS, propôs o nome de Júlio Eliseu Anjos Alves.----------
----- ----------
Posta à votação a proposta foi aprovada por escrutínio secreto, com o seguinte resultado: votos a favor 32; votos contra 4; votos brancos 20.----------

------ ----------

12 - Procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal de Chaves: - divulgação dos resultados da discussão pública; - Aprovação da versão final do Regulamento do Plano. – Informação da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território da Sra. Arq.ª Ana Augusto datada de 15.02.2018. ----------

---

O senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta. ----------
Referiu que esta proposta tem a ver com a necessidade de se efetuar a alteração ao Regulamento que está em processo de desenvolvimento de revisão do PDM. Neste momento temos o PDM de 1ª geração que foi aprovado em 1995, que carece de uma revisão muito substantiva, quer por razões legais, quer por razões de dinâmica e de diagnóstico. Relativamente aquilo que são as interações funcionais de utilização ao nível do território, trata-se de um processo com início no ano passado que visava no seu essencial o impedimento de algumas consequências negativas que decorriam da circunstância de determinadas normas de natureza transitória. A norma com mais impacto negativo na área de gestão urbanística tem a ver com a circunstância de na área urbana o índice de construção ter sido reduzido automaticamente de 1.2 para 0.5, causando nos operadores e promotores interessados em licenciamentos e legalização de operações urbanísticas, algum desentendimento, pondo em causa, em algumas situações, os próprios investimentos. Houve no anterior Executivo uma delonga no sentido de suscitar a promoção deste processo tendo sido seu entendimento que seria assunto para o próximo Executivo, a sua colocação à discussão publica. Foi manifestado apenas o interesse de um promotor na área da hotelaria, uma vez que o terreno em causa não tinha o enquadramento urbanístico necessário para aprovação. O que se pede a esta Assembleia Municipal é a aprovação em definitivo de um texto de regulamento do PDM com introdução de regras, no sentido de abranger não só essa iniciativa, mas também outras que surjam em igualdade de circunstancias no Concelho, sabendo nós que o regulamento é por definição um documento abstrato e normativo, conformando todas as iniciativas de idêntica natureza. Sumariamente as duas grandes questões são a recuperação do índice urbanístico existente e a alteração ao artigo relacionado com determinados projetos e investimentos que tenham a marca de interesse municipal. Sendo um assunto com uma premência grande, pois existem procedimentos de legalização e outros de inicio de legalização de operações urbanísticas, sendo que as aprovações das mesmas só entram em vigor depois de aprovadas e publicadas em Diário da Republica. Referiu ainda a importância desta aprovação uma vez que as normas existentes estão caducadas desde julho, verificando-se alguma indefinição e uma ação negativa para com os promotores que visam efetuar legalizações. ----------

---

Não houve intervenções.----------

Posta à votação a proposta foi aprovada por maioria com 2 abstenções. **----------**

-------- ----------

13 - Manutenção do Incentivo à fixação de Empresas no Parque Empresarial de Chaves – Parque de Atividades e Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega - Proposta n.º 06/GAP/2018.----------

---

O senhor **Presidente da Câmara**, fez a apresentação da proposta.----------
Referiu que os membros desta Assembleia Municipal que já participaram no anterior mandato, têm conhecimento essencial das normas contidas nesta proposta, e no procedimento que permite efetuar a adjudicação, quer do direito de arrendamento, quer

da venda dos lotes municipais que estão a ser geridos, nalguns casos, pela Flavifomento. São lotes situados no Parque de Atividades, da Plataforma Logística, do Mercado Abastecedor e pretende-se com estas infraestruturas existentes proceder à fixação de empresas e da promoção de atividades de relevância económica, no território. Os referidos lotes inicialmente estavam no domínio do município e tinham um custo financeiro associado muito elevado, levando a que as empresas promotoras não estivessem interessadas na sua aquisição. Por isso houve a necessidade de criação de condições para a alienação dos lotes, no modelo de 1.00€ por m2, fixando assim condições de mérito, de sustentação económica e de relevância aos projetos apresentados. O que se pede a esta Assembleia Municipal é a provação desta proposta. ----------

---

Intervenções: ----------

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do **PS** - Disse que já se referiu, a este assunto o qual já foi debatido há cerca de um ano, no mandato anterior desta Assembleia Municipal, a 15/02/2017. Em nome do PS, nessa altura, saudou o Executivo por essa medida, apenas a condenou por ser tardia, no que concerne ao mau funcionamento da Plataforma Logística, Parque Industrial e Mercado Abastecedor. Com toda a coerência daquilo que era a filosofia e a posição do PS há um ano, atualmente só pode saudar o atual Executivo, pelo reafirmar, deste compromisso de uma Autarquia amiga do investimento, facilitadora da instalação deste Setor de Atividade, industrial e Empresarial, vital ao nosso Concelho. Não obstante, tal como há um ano, é preciso manter a filosofia de que esta medida deve ser integrada numa estratégia conjunta de um autêntico *"Simplex"* Autárquico, facilitador do investimento e de uma diplomacia proactiva, para que se possa criar um *"cluster"* tecnológico e industrial, para alavancarmos definitivamente o investimento em Chaves. ----------

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do **PSD** - Referiu que, o Grupo Municipal do PSD, vota a favor desta proposta e sublinha que em boa hora o anterior Executivo aprovou em reunião de Câmara de 03/02/2017 e a Assembleia Municipal em 15/02/2017, a medida de redução do preço da venda para 1€ o m2, para os lotes disponíveis no Parque Empresarial de Chaves, leia-se Loteamento do Parque de Atividades e Loteamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega, com o intuito de incentivar a fixação de empresas no Concelho de Chaves. Com esta medida apoiou a criação de emprego e o combate à desertificação, tornando o investimento mais atrativo e promovendo assim a criação de riqueza no Concelho, além de manter ofertas municipais competitivas, perante outros territórios. Bem-haja por isso o atual Executivo Autárquico em manter esta politica de atratividade, sendo mais do que evidente um sinal que foi dado na altura, e que agora esperamos se perpetue pelos próximos tempos. ----------

---

Posta à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

---

De seguida o senhor **Presidente da Mesa**, propôs á Assembleia a aprovação desta ata em forma de minuta, para assim os assuntos poderem ter o devido seguimento. --

---

Posta à votação a minuta da ata foi aprovada por unanimidade. ----------

---

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ----------

Intervenções: ----------

José Carlos Costa Matos Conceição, Médico do Hospital **–** Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os membros da Assembleia Municipal e referiu que a sua presença aqui é na qualidade de médico pediatra, e prende-se com o período de funcionamento do Serviço de urgência de pediatria, relacionado com a presença fisica de médicos especialistas no referido Serviço. ----------
Divulgou várias deligências, por si feitas, junto do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, no sentido de demonstrar que existem condições para o funcionamento do Serviço de Pediatria, durante 24 horas, mas tal não foi entendimento da Direção, que recentemente apenas procedeu ao seu prologamento entre as 20:00h e as 24:00h. A partir desta hora vigora o regime de prevenção que, no seu entender, não é legal nem convencional. Uma urgência médico-cirurgica torna obrigatória a valência de pediatra e pressupõe o funcionamento de 24 horas pois as crianças desta região devem ter os mesmos direitos que as de outros locais do País. Além disso o prolongamento da urgência deve ser feito de acordo com os médicos respetivos, sob a forma de contrato, o que até agora não aconteceu. Termina dizendo que a sua intervenção, teve por objetivo dar conhecimento do assunto, a esta Assembleia Municipal.----------
---
O senhor **Presidente da Câmara** – Sobre este assunto, começou por considerar estranho que esta questão seja suscitada numa reunião da Assembleia Municipal, contra diretivas do Concelho de Administração e feita na exata medida, em que no dia anterior se dá noticia de uma ampliação daquilo que é a resposta em presença na urgência pediátrica dos 20:00h para as 24:00h. Portanto, seria mais correto, primeiro saudar a medida e depois exigir mais qualquer coisa, não tomar uma posição ao contrário. Depois informou o Dr. José Matos que qualquer questão suscitada aqui, ao abrigo da norma que permite a intervenção do público, não é para substituir a intervenção dos membros desta Assembleia, porque as intervenções políticas devem centrar-se nas questões do Concelho, embora no passado se tenham feito sobre questões que extravasam as competências dos Municípios. Agora o público suscitar questões a quem não lhe pode responder, como é o presente caso, não deve acontecer, já que essa matéria é da competência da Administração Central, do Governo. Portanto, só o Conselho de Administração poderá dizer quais as razões que determinaram em concreto que esta medida fosse prolongada entre as 20:00h e as 24:00h, em vez de ser entre as 20:00h, e as 08:00h da manhã, ou seja fechar de ciclo o que é uma questão pertinente. Estão aqui dois momentos. O momento de reconhecer que há uma melhoria no que respeita ao passado, e o momento de se exigir mais e não fazer isto numa perspetiva apenas de grupo profissional. É seu entendimento que se perde alguma força, quando a reivindicação é encabeçada por um interessado, por um pediatra.----------
A luta da defesa do Hospital e em particular da questão da urgência, ganharia muito mais força, ao ser liderada por esta Assembleia e suscita, para o efeito, a constituição de uma Associação de Defesa da Unidade Hospitalar de Chaves para que se deixem, de uma vez por todas, as questões politico partidárias de lado e, portanto, nesse âmbito se possa discutir não o interesse corporativo de alguém, mas sobretudo se possam discutir as questões da saúde. Estas questões vão para além dos cuidados hospitalares, saúde é mais do que cuidados hospitalares. Quando assim não for, se se

tomar a parte pelo todo, certamente alguma coisa vai mal no reino da saúde, e é isso que tem para dizer de forma frontal. ----------
Se esta questão for forçada apenas por uma questão de classe ou uma questão de sindicato, fragiliza-se um pouco. Concluiu, pedindo que estas questões sejam enquadradas devidamente naquilo que é o interesse coletivo, o interesse de todos. ---
---

Maria de Fátima Ribeiro – Disse que o assunto que a traz aqui está relacionado com a Ponte Romana e com o referendo que supostamente será feito. Como Técnica Superior de Turismo, questiona-se sobre muitas questões nomeadamente o peso dos carros, no seu entender, será muito maior. ----------
É seu entendimento que o referendo poderá ser feito, e porque não. Na atualidade dá a impressão que metade da Madalena é uma cidade e o resto da cidade de Chaves é outra, sendo que esta é uma visão turística disparatada. Fez referencia às mesas que estão situadas nas entradas dos cafés, que deveriam ser retiradas de imediato, pois não representam visão turística nenhuma, sendo um dos pontos essenciais a ter em conta. A questão das pedras sendo necessário retirá-las, mas não é com máquinas, porque a vibração poderá danificar a estrutura da Ponte. Concorda com a apresentação da proposta à UNESCO, embora a considere demorada. Mas a Ponte faz parte da nossa história, pois se estamos aqui agora, é graças aos nossos antepassados. -------
Entende que a saída dos carros pela parte da Madalena pode dar um impulso ao seu desenvolvimento, uma vez que a Madalena está adormecida. Portanto seria conveniente a abertura da Ponte ao trânsito, no horário das 09:00h às 19:00h retirando, sábados e domingos. ----------
Chaves já foi conhecida graças às Termas agora já não é e Vidago também não. É seu entender que há uma falta total de planeamento turístico. ----------
---

O senhor **Presidente da Câmara** – Respondeu à questão colocada e reafirmou o que disse aqui de manhã, portanto que a sua pré-disposição, é no sentido de fazer o referendo, auscultar as populações e conformar-se com essa decisão naturalmente, tendo em atenção que existirá sempre a condição prévia garantida, quanto às questões de segurança. Portanto não faremos uma intervenção, nem se tomará nenhuma decisão sem garantir que qualquer decisão de abertura ao trânsito que vier a ser tomada pelos Flavienses quando acontecer, as questões de segurança estarão acauteladas e isso é um aspeto em que se terá todo o cuidado. Nesta conformidade, reafirma que é sua vontade fazer o referendo e, também, fazer a candidatura ao Património da Humanidade. ----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** - Agradeceu a forma elevada como decorreram os trabalhos desta Assembleia, ficando assim facilitada a condução dos trabalhos, por parte da Mesa. Muito Obrigado a todos. ----------
---

Depois de esgotados os assuntos da respetiva Ordem de Trabalhos o senhor **Presidente da Mesa**, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e subscrita por mim_____, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária, _____